

MARCELO BARBOSA MARQUES

**ENTRE O SUJEITO E O VERBO: UM ESTUDO SOBRE O CARÁTER URBANO DA
MILITÂNCIA DO MST NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (RMG).**

Goiânia
2009

MARCELO BARBOSA MARQUES

**ENTRE O SUJEITO E O VERBO: UM ESTUDO SOBRE O CARÁTER URBANO DA
MILITÂNCIA DO MST NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (RMG).**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), como requisito à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Calaça.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG

M357e Marques, Marcelo Barbosa.
Entre o sujeito e o verbo: um estudo sobre o caráter urbano da militância do MST na Região Metropolitana de Goiânia (RMG). [manuscrito] / Marcelo Barbosa Marques. - 2009.
xv, 137 f. : il., figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Calaça.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio Ambientais, 2009.
Bibliografia.
Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas.
Apêndices.

1. Movimentos sociais – Goiânia (GO) – Militância 2. Sujeito 3. MST 4. Territorialização I. Título

CDU: 332.021.8(817.3)

MARCELO BARBOSA MARQUES

ENTRE O SUJEITO E O VERBO: UM ESTUDO SOBRE O CARÁTER URBANO DA
MILITÂNCIA DO MST EM GOIÁS.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), como requisito à obtenção do título de mestre em Geografia.

Resultado: _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. MANOEL CALAÇA
ORIENTADOR

Prof. Dr. EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO – UFG
MEMBRO

Prof. Dra. VALÉRIA DE MARCOS – USP
MEMBRO

Prof. Dr. ALEXSANDRO JOSÉ PRUDÊNCIO RATTI – UFG
MEMBRO SUPLENTE

Goiânia
2009.

A minha mãe, Neide Barbosa Marques,
pelo amor incondicional e pelo exemplo
diário de dedicação e zelo aos filhos.

AGRADECIMENTOS

Quando nada parece ajudar, eu vou e olho o cortador de pedras martelando sua rocha talvez cem vezes sem que uma só rachadura apareça. No entanto, na centésima martelada, a pedra se abre em duas, e eu sei que não foi aquela última que conseguiu, mas todas as que vieram antes (sem referência).

Poucos foram aqueles que acreditaram em meus sonhos e muitos foram aqueles que com suas dúvidas me ensinaram, e me fizeram crescer enquanto pesquisador. Nesse sentido, não faço referência às suas ações desenvolvidas, mas registro seus nomes nas areias do tempo:

À Oswaldo Gomes Marques (*in memoriam*) para quem eu devo a vida e a quem devo minha gratidão pelos ensinamentos sobre caráter e respeito;

À minha mãe pela vida e pelos ensinamentos diários, além do amor sem limites;

Aos meus irmãos Carla, Oswaldo e Paulo pelas críticas, exemplos e pelo simples e complexo ato de me aturar e torcer por mim;

À Renata Dias Junqueira pela paciência, dedicação e por ter sempre acreditado em mim.

Ao meu filho Rafael, que me ensinou o segredo da vida, me fazendo um homem melhor através do amadurecimento;

Ao Professor Manoel Calaça pela paciência de educar e por sempre ter sido um espelho para mim;

Aos Professores Eguimar Felício Chaveiro e Sandro Cristiano de Melo que sempre se mostraram solícitos e amáveis;

Ao amigo Diogo Lourenço Segatti pelos conselhos, pelos auxílios e pelo simbolismo da presença;

Aos amigos Manoel Figueiredo Neto e Laércio Peixoto da Silva Júnior, que mesmo distantes se mostraram sempre presentes;

Aos meus companheiros da pós-graduação que através da troca deram sua parcela de contribuição para o meu desenvolvimento;

Aos professores do Estado de Goiás e da Rede Municipal de Goiânia, pela paciência, pela troca e pelo convívio.

RESUMO

Em Goiás, assim como em todo o território nacional, o processo de reforma agrária acontece vagarosamente, e na maioria das vezes, quando ocorre, é porque os movimentos sociais pressionam o Estado a viabilizá-la. O objetivo desse trabalho é entender quem é o militante do MST em Goiás e o que isso interfere na luta pela terra no estado. O problema dessa dissertação nasce da reflexão sobre a urbanidade de seus sujeitos e na consequência que isto tem na espacialização e territorialização do movimento. Se o campo sofreu transformações abruptas nas últimas décadas, os movimentos tiveram que acompanhar essas mudanças. Tais mudanças abrem espaço para uma nova concepção de reforma agrária sob novas estratégias de luta, incorporando assim novos sujeitos. A luta pela terra ganha novos personagens, o palco agora se faz nos grandes centros urbanos e caminhando na cadência da contradição, a terra antes motivo de êxodo, hoje serve de possibilidade à nova massa de militantes oriundas das periferias dos grandes centros urbanos. O engajamento de militantes urbanos abre espaços para a reflexão do atual modelo de produção no campo, bem como a perspectiva de resistência do campesinato em Goiás. Diante disso, a dissertação apresenta o resultado sobre a expropriação histórica desse sujeito, que perpassa seus avós e seus pais, até chegar no atual militante residente nos grandes centros urbanos, e que vê no movimento um retorno afetivo ao seu passado familiar. O seu caráter de migrante é outro fato colocado, que vem somar o entendimento sobre esse sujeito. Seu fardo histórico e econômico corrobora para seu caráter de migrante. Seu ir e vir o leva para a militância, e assim, a luta pela terra aparece como uma perspectiva de mudança de vida e o movimento enquanto possibilidade.

Palavras-chave: Militância – Sujeito – MST – Territorialização.

ABSTRACT

In Goiás, as well as throughout the national territory, the agrary reform process happens slowly, and in most cases it is because social movements are pressuring the state to do so. This paper seeks an understanding of who is the subject that forms the social basis of the MST in the state and its intrinsic relationship to the territory of the movement. If the field has undergone abrupt changes in recent decades, the movement had to monitor these changes. Such changes make room for a new conception of land reform under new strategies to fight, thus incorporating new subjects. The struggle for land gains new characters, the stage is now in urban centers and in the cadence of walking contradiction, a land of emigration before reason, today is the possibility of new mass of militants from the outskirts of large urban centers. The engagement of militant urban opens spaces for reflection of the current model of production in the field, and the prospect of resistance of the peasantry in the state. From this, the thesis presents the results on who is the activist of the MST in Goiás, its forms of entry, ideas, and also their perspective on the future of their family, their contradictions and difficulties in movement. The character of migrants is another fact placed on the work, which helps to understand who is militant. Its historical and economic burden corroborates its character of migrant. Its routines lead to militancy, and thus the struggle for land appears as a change of perspective of life and has the movement as possibility.

Key-Words: militancy - Subject – MST – Territorialization.

LISTA DE TABELAS E QUADRO

Tabela 1	<u>Dados comparativos entre grande, média e pequena propriedade no Brasil, 1995/6</u>	25
Tabela 2	Setores com posses urbanas e loteamentos irregulares e/ou clandestinos em Goiânia, 2009.	68
Tabela 3	Tempo de existência das ocupações em Goiânia, 2009.	69
Tabela 4	<u>Municípios Com Maior % de População Urbana de Goiás, 2009.</u>	115
Tabela 5	<u>Municípios Com Menor % de População Urbana de Goiás, 2009.</u>	116
Quadro 1	Histórico da territorialização do MST em Goiás (1986-2009)	42

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Quantidade de assentamentos do MST por municípios no Estado de Goiás, 2009.	46
Figura 2	Localização dos acampamentos do MST por municípios em Goiás, 2009.	48
Figura 3	Territorialização da luta pela terra empreendida pelo MST, Goiás (1986-2008).	51
Figura 4	Espacialização e territorialização do MST em Goiás, 2009.	53
Figura 5	Espacialização dos imóveis irregulares e/ou clandestinos em Goiânia, 2009.	71
Figura 6	População do estado de Goiás por município – 2000.	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de famílias acampadas em frente a sede do INCRA-GO, segundo o domicílio anterior ao ingresso no MST, 2009.	99
Gráfico 2	Percentual sobre as formas de ingresso no MST em Goiás realizado com as famílias acampadas junto ao INCRA-GO, 2009.	101
Gráfico 3	Número de famílias entrevistadas acerca da principal motivação de ingresso no MST, 2009.	102
Gráfico 4	Número de famílias entrevistadas na sede do INCRA, acerca da profissão de seu avô, 2009.	104
Gráfico 5	Número de famílias entrevistadas na sede do INCRA, acerca da profissão de seu pai, 2009.	104
Gráfico 6	Número de militantes acampados em frente a sede do INCRA, acerca de sua profissão antes de ingressar no MST, 2009.	105
Gráfico 7	Número de filhos pretendidos pelas famílias entrevistadas na sede do INCRA, 2009.	106
Gráfico 8	Número de famílias acampadas na sede do INCRA, sobre a preferência do local onde seus filhos vivam, 2009.	107
Gráfico 9	Número de famílias acampadas na sede do INCRA, sobre a preferência do local onde suas filhas vivam, 2009.	107
Gráfico 10	Número de famílias entrevistadas na sede do INCRA, sobre a profissão desejada para seus filhos (homens), 2009.	109
Gráfico 11	Número de famílias entrevistadas na sede do INCRA, sobre a profissão desejada para suas filhas, 2009.	109
Gráfico 12	Número de famílias entrevistadas na sede do INCRA, quanto a maior dificuldade após entrar no MST, 2009.	110
Gráfico 13	Local de nascimento dos militantes do MST, acampados na sede do INCRA-GO, 2009.	112

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Comunidade Escolar do acampamento Palmares-GO, 2006.	91
Foto 2	Acampamento do INCRA em Goiânia, 2009.	96
Foto 3	Sede do INCRA na região norte de Goiânia, rodeado pelas lonas do acampamento do MST, 2009.	97

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores.

CNBB - Confederação Nacional de Bispos do Brasil.

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

CMP - Central de Movimentos Populares.

CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais.

CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ITR – Imposto Territorial Rural.

LIO - licença de Instalação e Operação.

LP – Licença Prévea.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

MEB - Movimento de Educação de Base.

MMM - Marcha Mundial das Mulheres.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MTD – Movimento dos trabalhadores Desempregados

OMC – Organização Mundial do Comércio.

PA – Projeto de Assentamento Rural.

PAEs – Plano de Ajustes Estruturais.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PM – Polícia Militar.

PNDs – Plano Nacional de Desenvolvimento.

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária.

PSD – Partido Social Democrata.

RMG – Região Metropolitana de Goiânia.

SGPA – Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura.

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento.

UDR – União Democrática Ruralista.

USA – Estados Unidos da América.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE FOTOS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE SIGLAS	
RESUMO	
ABSTRACT	
1. INTRODUÇÃO	13
2. VARIADAS CONCEPÇÕES SOBRE O MESMO TEMA: A REFORMA AGRÁRIA EM DEBATE	18
2.1 A concepção de reforma agrária do MST	30
2.2 Sem memória não há luta: o processo histórico do MST em Goiás	35
3. DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DO MST EM GOIÁS	55
3.1 A herança do campo Goiano e o MST	56
3.2 A metrópole: a mesma que atrai é a mesma que exclui	61
3.2.1 <i>RMG: uma soma de ocupações e mutirões</i>	65
3.3 A relação entre os sujeitos e os espaços	74
3.3.1 <i>A terra e a sua função: afinal o que muda?</i>	80
4. UMA VELHA LUTA FEITA POR NOVOS AGENTES	86
4.1 O acampamento: espaço da aprendizagem e do pertencimento	88
4.2 Cidadino e/ou campesino: quem é o militante do MST em Goiás?	95
4.2.1 <i>O militante: acima de tudo um migrante</i>	113
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE A – Fotos do acampamento em frente ao INCRA.	128
APÊNDICE B – Questionário de caracterização do sujeito sem-terra.	132
APÊNDICE C – Tabela dos acampamentos do MST em Goiás, 2009.	138
APÊNDICE D – Região Metropolitana de Goiânia, 2009.	139

1. INTRODUÇÃO

No final da década de 1980, a sociedade brasileira se depara com a urgente necessidade de uma nova postura social. Intelectuais, artistas, estudantes, grupos de esquerda, trabalhadores do campo e da cidade começaram a formar grupos contra o período da ditadura militar. Nascia a perspectiva de uma nova sociedade, uma reinvenção à brasileira, onde o foco era a derrubada do poder militar.

O Brasil se encontrava com um alto grau de febre política. O antitérmico encontrado pela sociedade estava nas novas práticas de organização social, sindical e na reinvenção de antigas lutas e movimentos sociais sufocados pelos militares. Um grito político em resposta às décadas de silêncio imposto, era a resposta dos filhos da revolução, uma massa inquieta de novos sujeitos e novas ações. Nesse período, surgiram diversas bandeiras como o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre tantos outros.

Naquele momento, o país se encontrava afundado em meio a uma crise caracterizada pela imensa desigualdade social, o crescimento desordenado das cidades, a urbanização desenfreada, o gigantesco êxodo rural em consequência da modernização da agricultura, a inflação exorbitante e a “impagável dívida externa”, aumentando ainda mais a esperança na mudança de estrutura de desenvolvimento vivido pelo país. Em verdade, a sociedade clamava por um conjunto de mudanças, que vai além do campo político (PT), sindical (CUT), teórico (Geografia Crítica), mas principalmente através de ações como o caso dos Movimentos Sociais.

O que o MST visualizava era uma mudança na estrutura agrária brasileira, historicamente injusta, concentradora e acima de tudo excludente. O fortalecimento da agricultura mecanizada e de mercado em Goiás acaba repetindo historicamente o quadro da concentração fundiária nas mãos da oligarquia rural e a expropriação da grande massa de trabalhadores rurais. O Cerrado passou a ser celeiro de possibilidades ao capital estrangeiro alterando as relações sociais, de produção, de consumo, de trabalho, de moradia, além de aumentar o abismo entre os pobres e os ricos.

Sem perspectivas, os trabalhadores do campo começaram um processo de mobilidade espacial dentro do território goiano e entre as cidades médias e Região

Metropolitana de Goiânia (RMG)². Essas áreas urbanas do Estado começam a absorver esses novos moradores, em um período de grandes transformações, marcados pela industrialização, reorganização do mundo do trabalho, incorporação de novas tecnologias, reformas do Estado, o surgimento de novos agentes políticos, novas técnicas, disseminação da ciência e os pressupostos de uma cultura urbana.

No campo a lição que se retirava era que o campesinato deveria agir com suas próprias mãos para se constituir como sujeito e ativar as mudanças que destinaria o seu lugar no mundo. Lênin chama a atenção para a importância da organização e da unidade ideológica de um movimento social de massa:

O proletariado tem como única arma, na sua luta pelo poder, a organização. Dividido pela concorrência anárquica que reina no mundo burguês, esmagado sob um trabalho servil para o capital, rejeitado constantemente, de uma incultura selvagem, o proletariado pode tornar-se, e tornar-se-á inevitavelmente, uma força invencível por esta simples razão de que sua unidade ideológica, baseada sobre o princípio do marxismo, é cimentada pela unidade material da organização que agrupa milhões de trabalhadores num exército da classe operária (LÊNIN, 1975, p. 248).

Os movimentos sociais de luta pela terra, além de agregar à sua luta sujeitos diretamente ligados ao campo, passam a atrair aqueles que foram desterritorializados historicamente do campo, e que se localizam ou se encontram reterritorializados nos centros urbanos, porém buscando no espaço agrário alternativas diferentes das que levavam nas cidades (FERNANDES, 2000).

As indagações começaram a surgir, não acerca da luta empreendida pelo MST em Goiás, pois o objetivo da luta é claro, a terra. O que “martelava” era quem são os sujeitos dessa luta? Como os agentes do processo de luta vivem a experiência da reforma agrária? De onde eles vieram, da cidade ou do campo? São citadinos ou camponeses? Como podem indivíduos urbanos, carregados de uma identidade urbana, fazer parte da luta pela reforma agrária, não seria contraditório? Até que ponto essas mudanças na base social do movimento, interferem na luta pela reforma agrária no estado? Como o próprio movimento lida e se utiliza das dificuldades e possibilidades que se abrem? Responder tais questionamentos faz parte da proposta desse trabalho, no entanto o objetivo principal é desvendar o atual sujeito sem-terra militante do MST em Goiás e sua intrínseca relação com o movimento. É entender o movimento e sua luta, através do militante. O olhar parte de dentro do movimento e caminha

² Ver Apêndice D, p.139.

para fora. Entender o sujeito da reforma agrária é entender os desafios e as novas possibilidades enfrentadas pelo movimento, onde o sujeito e o verbo³ se encontram inseridos no mesmo contexto.

O grande desafio que se apresentou no desenvolver da pesquisa, cabe à questão metodológica; a maneira encontrada para inferir sobre a realidade vivida, seu processo histórico e sobre as aspirações do sujeito sem-terra. A análise daquele que integra a base social do MST-GO, foi feita a partir da elaboração e aplicação de um questionário sócio-econômico sobre seu histórico familiar e de vida. A primeira questão que nos tomou a atenção foi onde, em que estágio da luta (assentamento ou acampamento) deveria ser focado, afinal o alvo seria o acampado, aquele que se inseriu recentemente no movimento, ou seria melhor, realizar com aqueles que já apresentam anos de luta e se encontram assentados? Posteriormente, procurou-se então pesquisar qual teria sido o mais recente acampamento do MST no estado, no intuito de conhecer melhor os “mais novos” integrantes e sujeitos da reforma agrária no estado. Contraditoriamente, o último acampamento implantado se encontrava em plena capital goiana, na sede do INCRA, onde se encontravam acampados, assentados e lideranças sob a forma de pressionamento político junto ao órgão responsável pela reforma agrária no estado.

A construção do trabalho seguiu um roteiro metodológico assim constituído: levantamento bibliográfico e uma preparação teórica; leitura e interpretação de documentos; consulta em fontes primárias e secundárias que implicaram ativamente no projeto, assim como entrevistas com os acampados, lideranças do movimento, bem como servidores do INCRA-GO.

Com o intuito de buscar um amadurecimento das idéias foram realizadas diversas visitas de campo, dado sua inserção na cidade que facilitou o acesso junto a realidade concreta. Tais visitas ocorreram em períodos distintos do ano de 2009. Os resultados foram extensos relatórios de observação, muitas imagens capturadas em fotografias, além de inúmeras páginas de entrevistas com os acampados, as quais foram transcritas. As entrevistas seguiram um roteiro comum de questões (Apêndice B), e se deram na forma de um diálogo espontâneo que ia tomando forma à medida que os interlocutores se mostravam à vontade. Após a análise e o confrontamento dessas fontes, alguns passaram a integrar o texto. No acampamento vinte famílias foram entrevistadas, independente de seu tempo de entrada no movimento.

³ Aquilo que indica movimento, ação.

Todo o trabalho está disposto de acordo com a necessidade de se compreender e estabelecer a conexão entre os capítulos, evidenciando a relação sujeito-movimento presente na luta pela terra em Goiás. Mediante isso, o trabalho está organizado em três partes. Na primeira parte, se percorre sobre as mais variadas concepções de Reforma Agrária que acompanhou o Brasil no seu processo histórico, todas as suas vertentes de análise e sobre sua real necessidade no desenvolvimento do país. Se o espaço agrário sofreu inúmeras transformações no decorrer das décadas, houve então, a necessidade de se reformular a concepção de reforma agrária, se o campo mudou, a concepção e o entendimento da reforma agrária tiveram que acompanhar as mudanças. Mudanças necessárias até mesmo para a sobrevivência do movimento e de sua luta. Houve a necessidade também de se analisar como o MST vem conquistando espaço e se fortalecendo durante o seu processo histórico de luta em Goiás. Não há como estudar o sujeito, sem entender o processo histórico do movimento, pois os dois estão intimamente imbricados, onde um é o reflexo da ação do outro.

Na segunda parte se aborda as dificuldades e as novas possibilidades do MST em Goiás. O coronelismo e as características da fazenda goiana se constituem em entraves para a luta dos movimentos sociais. As dificuldades estão além da estrutura fundiária e na concentração de terras, se mostra na relação afetiva do empregado com o coronel, apesar da relação de sujeição. Contraditoriamente, as possibilidades se mostram no caminho inverso desse enredo. O movimento percebeu que é teoricamente mais fácil agregar para o movimento o sujeito que vive nas bordas dos grandes centros urbanos, no caso a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), do que aquele trabalhador enraizado na típica fazenda goiana. O foco agora é absorção de indivíduos ou militantes advindos da RMG, por conta da experiência histórica de ocupação de terra e resistência do morador da RMG. A capital goiana e seus municípios adjacentes se mostram como concentradores de novos militantes, pois a metrópole é carregada de um caráter dicotômico, onde a mesma que atrai, é a mesma que exclui. A partir daí, se estabelece uma estreita e complexa relação entre a cidade e a luta no campo. Espaços que se contradizem e se coadunam o tempo todo. Espaços que se transformam, produto das relações sociais. Espaços que se transmutam e transformam seus sujeitos em produtos.

A terceira e última parte apresenta o resultado sobre quem é o militante do MST em Goiás, suas formas de ingresso, seus ideários, sua perspectiva em relação ao futuro de sua família, suas contradições e dificuldades enfrentadas no movimento. O seu caráter de migrante é outro fato colocado no trabalho, que vem a somar ao entendimento de quem é esse militante. Seu fardo histórico e econômico corrobora para seu caráter de migrante. Seu ir e vir

o leva para a militância, e assim, a luta pela terra aparece como uma perspectiva de mudança de vida e o movimento enquanto possibilidade.

3. DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DO MST EM GOIÁS.

Nessa parte do trabalho faz-se necessário analisar as dificuldades e contraditoriamente as novas possibilidades que surgem através dos entraves enfrentados pelo MST no estado de Goiás. A consolidação do MST no estado, assim como em outros estados da federação, não se mostrou historicamente uma luta fácil, e ainda não é até os dias de hoje. O estado de Goiás é carregado de características peculiares, e por ser um estado onde o setor agrário é economicamente e politicamente muito forte. O campo goiano, bem como seus habitantes, nos revela algumas características que interferem diretamente na luta empreendida pelo MST nesse território.

O estudo dos movimentos sociais ligados à terra, se faz através do entendimento da complexidade que se mostra como reflexo do processo histórico que acompanhou o campo goiano, suas necessidades e demandas que vinham como resposta de atendimento ao grande capital que vinha principalmente do Sudeste brasileiro. Para entendermos a luta do MST hoje em Goiás, se torna necessário passar o olhar inevitavelmente por todo o processo histórico de luta, poder e concentração de terras que acompanhou e acompanha atualmente o campo goiano.

A herança do coronelismo em Goiás e sua complexa rede de relações e de trabalho apareceram como um grande problema no início da luta do MST por aqui. A estreita relação entre o coronel e seus agregados mostrou-se diversas vezes como impossibilidade de consolidação do movimento. Mas como diz o ditado: de onde vem o problema, vem também a solução. O que no início se mostrava como grande entrave, pois o camponês propriamente dito, aquele advindo do interior do estado, nascido e criado na “fazenda goiana”, tem grande dificuldade e até mesmo rejeição sobre a luta empreendida pelos movimentos sociais no campo.

O camponês propriamente dito tem um laço, um elo afetivo com o seu “patrão”, o que geralmente é um latifundiário. Uma das características da fazenda goiana é esse vínculo afetivo com o “coronel”. Em várias obras literárias que retratam o desenrolar da história no espaço agrário em Goiás, revelam o personagem do coronel, como um apaziguador de conflito, como um homem bom, que cuida dos seus “apadrinhados”, como mantenedor da ordem e dos proventos. Geralmente a figura do coronel, na visão dos camponeses mais antigos, se apresenta não como uma figura hostil, carrancuda, mas como um homem bom, preocupado com a boa (con)vivência de seus trabalhadores.

Além do fator sócio-afetivo que liga os camponeses aos coronéis, outra característica que se revela como entrave à luta do MST e de outros movimentos sociais de luta pela terra é o aparecimento de uma relação muito forte do camponês com o lugar. O vínculo do camponês com sua terra (que na grande maioria das vezes nem o pertence), com seu lugar e sua região, apresenta-se como uma grande dificuldade para o MST, nesse caso particular, pois a família ou o indivíduo do campo, não quer ou pelo menos tem grande resistência em sair de “suas terras”, de sua região e se integrar ao movimento em algum lugar do estado.

Contraditoriamente, a luta e o trabalho de base se mostra muito mais intenso nas proximidades da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). A construção e consolidação de Goiânia e de seus municípios de entorno, se deram e se dão até hoje, sob maneiras e estratégias peculiares na qual tem tudo a ver com a luta empreendida pelo MST: a ocupação de terras e sua consequente resistência.

Com isso, percebe-se que a partir de uma dificuldade enfrentada historicamente pelo movimento no campo em Goiás, pela resistência do camponês ao MST e outros movimentos, abriram-se novas possibilidades no que diz respeito ao engajamento e inserção do indivíduo urbano, com heranças simbólicas e familiares ligadas ao campo. Esses atores urbanos, além de terem um histórico de luta e de ocupação de terras, principalmente na capital goiana, mostram-se abertos e receptivos à luta pelas suas condições sócio-econômicas e falta de perspectivas de crescimento e cidadania enfrentados nas metrópoles, vendo no MST e na luta pela terra, uma possibilidade de reinserção social e fuga de seus problemas enfrentados cotidianamente.

3.1 A herança do campo goiano e o MST

É sabido que a luta pela terra em Goiás está longe de ser um fato recente. As lutas populares (organizadas ou não) acompanham o processo histórico de ocupação do território goiano, marcado pelo latifúndio e caracterizado pela oligarquia política de detenção das terras intimamente ligadas à relação de poder dessa minoria com a massa camponesa excluída. A herança política do coronelismo e a concentração fundiária nas mãos da oligarquia agrária marcaram e marcam até hoje o retrato da estrutura fundiária goiana.

De acordo com Leal (1980, p.13), o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O coronelismo, além disso, é datado historicamente. Na visão de

Leal (1980), ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. O antigo presidente de Província, durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na Província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador.

O governador republicano, ao contrário, era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual. Em torno dele se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes. Seu poder consolidou-se após a política dos estados implantada por Campos Sales (1983, p.52), quando este decidiu apoiar os candidatos eleitos "pela política dominante no respectivo estado". Segundo Sales, era dos estados que se governava a República: "A política dos estados [...] é a política nacional".

De acordo com Leal (1980), houve um determinado momento em que de acordo com a conjuntura econômica da época, marcada pela decadência econômica dos fazendeiros. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930. Esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel.

Ao falar em relações de forças entre proprietários rurais e o Estado, verifica-se que o território é essencialmente um instrumento de poder, de dominação e de autoridade. A cerca do poder, assim sintetizou Hannah Arendt o seu conceito:

O 'poder' corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder' estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originaram-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, 'seu poder' também desaparece (1985, p.24).

O coronelismo apresenta tendências diferentes sobre a base de determinação desse sistema de domínio político. Por exemplo, Leal (1980), considera a propriedade da terra como elemento determinante desse sistema de domínio político. Faoro (1991), considera que o poder político dos chefes locais, mais do que a propriedade da terra, é determinado pelo “prestígio” e pela “honra social”, tradicionalmente reconhecidos. Já Dantas (1987), considera que a fonte do poder do coronel estava na presença das milícias particulares. Neste trabalho, considero que a base de sustentação do poder políticos dos chefes interioranos está na política assistencialista-paternalista e clientelista desenvolvida por eles no âmbito da máquina administrativa local.

Após o declínio do Coronelismo em Goiás, embora haja evidentes resquícios deste sistema que perdura até os dias de hoje, sobretudo no âmbito da política no estado, constatou-se a permanência de uma ideologia marcada pelo paternalismo e o mandatarismo.

Essa herança político-social goiana não agradava a todos, principalmente numa época de efervescência social²⁵. No campo brasileiro haviam diversas formas de resistência camponesa. Em Goiás o quadro de luta não poderia deixar de ser diferente. Na verdade, a luta pela terra goiana se faz a muito tempo, muito antes da entrada e consolidação do MST no estado.

Em meados da década de 1950 explodiu no meio-norte do Estado de Goiás, na vasta região que hoje corresponde aos Municípios de Formoso, Santa Tereza, Porangatu, Estrela do Norte e Uruaçu, um dos mais importantes ícones de luta e resistência dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo, chamado “revolta do Formoso” ou “revolta de Trombas”.

De acordo com Barbosa (1998), essa área, ocupada no século XVII em decorrência da mineração, mas logo depois abandonada devido ao declínio do ouro, permaneceu isolada durante cerca de aproximadamente duzentos anos. Renasceu apenas em meados do século XX, quando começou a se configurar como fronteira agrícola, como ponta de lança da ocupação do território nacional rumo ao Oeste e ao Norte. Alcançada no final dos anos 40 por uma estrada de rodagem, desde essa época a área passou a comercializar sua crescente

²⁵ Durante a década de 1950, a sociedade brasileira passava por uma grande euforia político-social com a criação e consolidação de diversos Movimentos Sociais espalhados pelo Brasil, sob as mais variadas causas. A intensificação do discurso socialista dos intelectuais urbanos, os Movimentos por Educação de Base (MEB), dentre outros movimentos, iam de encontro ao tradicionalismo, ao paternalismo e a ordem vigente imposta pelos coronéis. O país respirava mudanças, onde logo depois, foi reprimido pela ditadura militar.

produção, a ter um desenvolvimento urbano mais acentuado e a conhecer uma inédita valorização de suas terras. Na década seguinte, nos anos 50, todas essas transformações ampliaram-se e aprofundaram-se com a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília, a qual cortou a região, integrando-a definitivamente aos circuitos econômicos nacionais.

Interessados nos lucros que poderiam obter com a valorização fundiária do meio-norte goiano, vários comerciantes e proprietários rurais, secundados por advogados e juizes, promoveram a grilagem da imensa quantidade de terras devolutas existentes na região, desta forma apropriando-se de terrenos que legalmente pertenciam ao estado de Goiás.

Segundo Abreu (2002), o conflito social explodiu quando os milhares de posseiros que habitavam as terras devolutas, e que para lá haviam migrado exatamente na esperança de vir a se tornar pequenos proprietários, não aceitaram ser expulsos pelos grileiros. Uniram-se, sob a liderança do camponês José Porfírio de Souza e, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), organizaram-se, enfrentaram e venceram vários combates contra as forças particulares dos grileiros e contra a polícia. O movimento cresceu, tornou-se forte, recebeu apoio de grande parte da população goiana e da opinião pública nacional, transformou-se em fato político. Vitoriosos, os posseiros permaneceram nas terras e alguns, após a eleição de Mauro Borges²⁶ para o governo do Estado de Goiás, receberam títulos definitivos de propriedade. Nos anos de paz, após os combates, os posseiros souberam aperfeiçoar em Trombas uma organização social “sui generis”, na qual toda a comunidade participava ativamente das decisões importantes relativas à sua vida, gerindo seu próprio destino segundo normas que lhe pareciam justo. Após 1964, a área sofreu intervenção, muitos líderes foram perseguidos e presos e vários camponeses se viram obrigados a abandonar a região.

O movimento social de Trombas tem grande importância na história recente do Brasil, por vários motivos. Envolveu grande número de pessoas – milhares de camponeses lutaram na região, esse conflito perdurou por longo tempo – por mais de uma década e demonstrou o potencial de luta dos sem-terra em Goiás. Para Abreu (2002), expressou de maneira clara o projeto social desta grande parcela da população brasileira composta pelos posseiros e antecipou a trágica sucessão dos violentos conflitos sociais em torno da terra nas áreas de fronteira agrícola, que hoje marca profundamente a história brasileira. A revolta de Trombas representou um alerta para os defensores da manutenção da atual estrutura fundiária e em um exemplo para os que desejam mudar esta mesma estrutura.

²⁶ Mauro Borges iniciou sua carreira em 1958 quando foi eleito Deputado Federal pelo Partido Social Democrata (PSD). Em 1960 foi eleito governador do estado, cargo que seu pai já exercera dezessete vezes entre 1930 e 1954, como interventor de Getúlio Vargas. Foi afastado por intervenção federal após golpe de 1964. Essa família é um bom exemplo de coronelismo político no estado de Goiás.

Sufocados e perseguidos pela ditadura militar, os movimentos sociais de luta pela terra foram silenciados durante todo o período de repressão. Na década de 1980, no final da Ditadura Militar e no período de abertura política do país, Goiás revive a luta pela terra, que apoiada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por outros segmentos políticos, reinstaura o processo de acesso à terra, em um revivamento da luta camponesa em Goiás. Aparece então no cenário agrário brasileiro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que hoje é considerado um dos maiores movimentos sociais de luta pela terra na América Latina, associado a um movimento de âmbito mundial que é a Via Campesina.

Visando uma melhor compreensão do processo de formação e territorialização do MST em Goiás, faz-se necessário entender como ele foi construído. A coordenação de práticas e a reflexão sobre as diversas formas de luta e de enfrentamento contra o latifúndio e o Estado foram e são até hoje ações importantes para se pensar na construção de uma organização dos camponeses sem-terra. Deu-se dessa maneira, condições concretas para a formação de um movimento nacional e na realização do Encontro de Goiânia, do Primeiro Encontro Nacional e do Primeiro Congresso, os sem-terra retiraram das lições de luta acumuladas pelos camponeses sulistas as principais idéias para a construção do MST.

De acordo com Fernandes (2000), o Encontro de Goiânia, realizado nos dias 23 a 26 de setembro de 1982, reuniram na capital trinta trabalhadores rurais e vinte e dois agentes de pastorais de 16 estados da federação. Esse encontro possibilitou o conhecimento das pessoas que vinham construindo a luta pela terra em outros estados, a troca de experiências e a perspectiva de articulação das lutas em âmbito nacional. Esse encontro, foi um marco na caminhada da construção e consolidação do MST como um movimento de massa de repercussão em âmbito nacional e internacional.

Segundo Pessoa (1999), a luta pela terra acontece a todo o momento e em todas as regiões do Brasil concomitantemente. Porém, em cada lugar do país é desenvolvida com características próprias, todavia, os elementos de luta são os mesmos, por exemplo: os sem-terra e o interesse em lutar pela terra, a concentração fundiária, a violência e o conflito e a falta de interesse do Estado em solucioná-lo e em fazer a Reforma Agrária. A superação dos impasses muitas vezes gerados pela falta de perspectivas está na elaboração de conhecimentos que tem em sua grande maioria práticas semelhantes. Portanto, a espacialização da luta pela terra foi fundamental para o fortalecimento e construção do MST em todas as regiões do país.

Ao pensarmos em MST no estado, devemos aprofundar o entendimento em como se apresentava o campo goiano antes da chegada do MST, quais seriam suas características e como se desenrolavam as relações entre seus atores que compõem campo goiano. Algumas

características são tão peculiares a este território e principalmente no que diz a relação patrão-empregado, se mostram ímpares. Estas peculiaridades e características históricas do campo goiano acarretam todas as dificuldades e demandam novas estratégias na luta pela terra feita pelo MST, em resposta aos desafios que se fazem presentes.

Essas características agrárias do campo goiano, associada ao clientelismo e ao coronelismo histórico no estado vem na contramão da luta empreendida pelo MST. As relações patrão-empregado quase não se modificaram com o passar do tempo, parece até que algumas regiões do estado, como o Norte e o Nordeste goiano, o tempo, agora conduzido pelo capital e pela lógica da agroindústria, teima em passar. Vários Goiaeses, variadas formas de ruralidade dentro de um mesmo estado, onde o moderno se confunde com o velho, e o velho se mostra enquanto entrave ao novo. Coube então, ao MST, superar tais entraves e buscar novas formas de espacialização e territorialização, que perpassa inevitavelmente pelo espaço urbano e por seus sujeitos. A luta mudou e com ele novos agentes foram integrados a ela. A revolução técnico-científica no campo propiciou um desordenamento e uma revolução às avessas nas cidades através da migração populacional. Os sujeitos mudaram, porém as perversidades, a subordinação e a exclusão espacial permanecem como uma constante.

3.2 A metrópole: a mesma que atrai é a mesma que exclui

O modo de produção capitalista, em sua essência, produz crises de acumulação, que se mostram tanto na produção de excedentes de capital, como pelo excedente também de mão-de-obra, concomitantemente, ou não. Fato é que o capitalismo cria formas lucrativas de absorver tanto o capital, quanto a mão-de-obra excedente. Essa adaptabilidade, como demonstra Harvey (2004), se dá através da expansão geográfica e a nova organização do próprio espaço, o qual envolve enormes quantias de verbas públicas e/ou privados e uma excessiva quantidade de mão-de-obra para trabalhar na construção civil. Para isso, é preciso primeiramente criar o fenômeno da acumulação espacial, para posteriormente dar início ao processo de fragmentação. É a partir daí que se desapropriam ou compram terrenos para construção de avenidas, viadutos e posterior construção de prédios, centros comerciais ou então condomínios residenciais, dentre tantos outros exemplos.

O capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo, simplesmente para ter de destruí-las e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto a frente do tempo, a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável de capital (HARVEY, 2004, p. 88)

A partir desse ponto de vista, pode-se compreender que o capitalismo produz o desenvolvimento do espaço geográfico desigual. Os processos contínuos de produção de espaços estão intimamente relacionados aos mecanismos de acumulação por espoliação, termo empregado por Harvey (2004) ao se referir ao conceito de acumulação primitiva de capital de Marx.

De acordo com Harvey (2006 apud Marques, 2006, p.6), o neoliberalismo é engendrado como resposta das elites à atual crise de sobreacumulação do capitalismo, que impõe a desvalorização de ativos (terras, recursos naturais e força de trabalho, por exemplo) e o avanço da acumulação por espoliação para abrir caminho para novos ciclos de investimentos e a acumulação com base na reprodução ampliada, o que tem resultado na ampla difusão de formas de expropriação e privatização sobre a terra e os recursos naturais.

Com isso, pode-se relacionar o acelerado crescimento da miserabilidade urbana a esse processo mais amplo, ligado à lógica geral do capitalismo. Marques (2006), aponta que o processo de periferização das populações de baixa renda é um grande exemplo disso. A gigantesca especulação imobiliária nos centros das grandes cidades expulsa a população para áreas longínquas, onde prevalecerá a construção feita pelos próprios moradores. O centro então, torna-se refúgio da classe média. Outro exemplo que podemos citar é a remoção, ou melhor, expropriação de moradias de baixa renda para dar lugar a grandes empreendimentos privados ou públicos, e seu conseqüente deslocamento para periferias ainda mais longínquas.

Nas metrópoles, cujo crescimento desenfreado se mostra aparentemente desordenado e espontâneo, essas parcerias entre setores privados e setores públicos são mostradas como a nova face do planejamento e da gestão urbana, já que o Estado pela sua ineficácia e crise fiscal não teria condições de dar cabo de todas as políticas públicas. De acordo com Maricati (2001), essa nova face é interessante ao grande capital, pois todos saem ganhando, um setor usando e usufruindo do outro, cuja ação arcaica se encontram muito bem fincadas há séculos no Brasil.

São muitas as operações realizadas nos grandes centros urbanos. Nela o poder público atua como promotor, indutor, criando as condições para as transformações realizadas pela iniciativa privada, sempre articulada com o setor imobiliário. Harvey aponta que:

Como em um jogo, só que de interesses, quase um comensalismo urbano, a lógica é que os dois, tanto o Estado como a iniciativa privada saiam ganhando. Em troca do capital privado, o Estado facilita permite algumas exceções na lei de zoneamento ambiental, por exemplo. Nestes casos, a remoção de moradias pobres e a expulsão de populações para as periferias costumam representar ganhos imobiliários fabulosos. (2006, p.39)

Essa lógica de acordos e interesses que permeia o espaço urbano chega a ser clássica no Brasil. De acordo com Harvey (2006), um exemplo disso foi a Lei do Desfavelamento, na década de oitenta, feita por Jânio Quadros, que possibilitava que proprietários de terrenos ocupados por favelas, construíssem além dos limites do zoneamento, desde que, parte do lucro desse investimento fosse destinado à prefeitura, para ser utilizado na construção de moradias populares nas periferias da cidade. Essa lei transformou as favelas e suas respectivas populações em alvo de especulação, pois, para obter a modificação de uso e ocupação do solo, os proprietários estimulavam inúmeras ocupações de famílias nas áreas que mais tarde seriam “atendidas” por essa Lei.

O que nos parece é que a descrição que Marx fez da acumulação primitiva nos serve até hoje. Segundo Harvey (2004), ainda conservam-se algumas formas dessa acumulação, como a mercadificação e privatização da terra, expulsão violenta de populações do campo, conversão de várias formas de direito de propriedade comum, em direitos exclusivos da propriedade privada, mercadificação da força de trabalho, supressão de formas alternativas e autônomas de produção e consumo, processos coloniais e neocoloniais de apropriação de ativos, a usura, a dívida nacional e o próprio capital financeiro.

Todas as características de acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. As expulsões de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra têm se acelerado em países como o México e Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista de acumulação; lógicas autônomas de produção e consumo têm sido gradativamente suprimidas. Indústrias nacionalizadas tem sido privatizadas. O Agronegócio vem substituindo aos poucos a agricultura familiar (HARVEY, 2004, p. 121).

Portanto, a cidade produz e se reproduz de forma vinculada à propriedade privada da terra, e que se materializa na segregação espacial. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. Kowarick (1993), suscita que essa idéia converge com a idéia de Harvey. Este autor define a espoliação urbana como a forma de extorquir das camadas populares o acesso ao consumo coletivo. Extorsão significa aqui, impedir ou tirar de alguém, por alguma razão de caráter social, algo a que tem direito. Ainda segundo o mesmo autor, a produção de um espaço de uma cidade é determinado por processos sócio-econômicos e políticos e que vão refletir, sobre a terra urbana.

Com isso, a terra urbana sujeita aos capitais de promoção, construção e financiamento imobiliário, impede a democratização de seu acesso pelas classes subalternas, que se vêem obrigadas ou induzidas a ocuparem áreas de risco, áreas de proteção ambiental, e/ou áreas distantes do centro das cidades reservado para as especulações imobiliárias, conhecidas como vazios urbanos (HARVEY, 2004).

Em todos esses casos, as ilegalidades com relação à posse das terras daqueles que a habitam completa o quadro de exclusão das classes subalternas que, estando em situação de ilegalidade, permanecem sem acesso a direitos básicos como asfalto ou água tratada. Esta situação pode ser bastante confortável para a abstenção do poder público e para o clientelismo político. É quando a área ocupada por favelas ou outras formas de habitações precárias é valorizado pelo mercado imobiliário.

Assim, a população das classes subalternas dos grandes centros urbanos²⁷ tem que resolver uma difícil equação ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade da habitação, a distancia desta do trabalho e ainda a segurança. Em parte, essas situação também se deve ao fato de que o mercado habitacional nas grandes cidades do terceiro mundo, nunca oferece 100% do estoque de residências, simplesmente para valorizar o preço no jogo da oferta e da procura (OBERAI, 1993). Já com relação aos terre nos disponíveis para construção, estima-se que no Brasil, um terço desses espaços mantenha-se fora do mercado na expectativa de valorização de seus preços (DAVIS, 2006, p.99). Com isso, resta o espaço de locação informal, as ocupações irregulares de vazios urbanos, no geral à espera de valorização no mercado, ou a ocupação de áreas de mananciais, ribanceiras ou mesmo depósitos de lixo irregulares.

Para completar esse quadro, entra-se na discussão a ineficácia das políticas públicas voltados para a habitação popular. É consenso para diversos urbanistas, que as políticas habitacionais no Brasil acabaram por privilegiar a camada da classe media e não a mais pobre. Esse processo se agravou com o neoliberalismo.

O papel minimalista dos governos nacionais na oferta de moradias foi reforçado pela atual ortodoxia econômica neoliberal definida pelo FMI e o Banco Mundial. Os Planos de Ajustes Estruturais (PAE'S) impostos às nações endividadas no final dos anos de 1970 e na década de 1980 exigiam a redução de programas governamentais e, muitas vezes, a privatização do mercado habitacional (DAVIS, 2006, p.71).

²⁷ “A pobreza, no Brasil, é sensivelmente mais alta nas áreas rurais, embora nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, regiões mais urbanizadas do país, a pobreza seja um fenômeno essencialmente metropolitano. Os pobres representam 40% da população rural, porém, os pobres urbanos são larga maioria em números absolutos. Em 1999, eles correspondiam cerca de 78% dos pobres no Brasil.” (MARQUES, 2006, p. 6).

Portanto, aqueles que moram nas periferias dos grandes centros urbanos dos estados brasileiros, encontram-se em condições indignas de moradia, sem assistência mínima de habitação e sobrevivência. Assim, tais famílias se mostram suscetíveis e predispostas a se integrar aos Movimentos Sociais, como possibilidade de mudança de vida e perspectiva de uma maior dignidade e cidadania. Sua condição social e econômica marginalizada nas grandes e médias cidades aparece como trunfo para a luta pela terra e para o próprio movimento, que ao reformular sua proposta de Reforma Agrária, agrega para si, essa massa de espoliados urbanos fortalecendo a luta, e conseqüentemente o próprio movimento.

3.2.1 A RMG: uma soma de ocupações e mutirões

Cabe aqui, compreender a experiência histórica de luta pela terra empreendida pelos moradores da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), que acumularam experiência na ocupação de terras, e desenvolveram mecanismos de luta e resistência, razão pela qual a RMG (Apêndice D) se constitui em um lugar importante na luta pela reforma agrária. Usando Goiânia como exemplo, vários setores, hoje consolidados enquanto espaços urbanos dotados de infra-estrutura (e inclusive setores nobres da cidade)²⁸ foram oriundas de ocupação ilegal e/ou clandestina de terras, portanto, conferindo aos seus moradores, o ideário da luta pela terra e uma experiência vivida, possibilitando assim um trunfo aos movimentos sociais.

Segundo a jornalista Deire Assis²⁹ afirma que, cerca de 106,6 mil pessoas vivem em habitações localizadas em áreas de posse ou em parcelamentos irregulares e clandestinos em Goiânia, o que equivale a aproximadamente 10% da população da capital. A maioria das famílias vive nessas localidades há aproximadamente 30 anos. O jornalista se refere a esse grupo de famílias como os “sem-escritura”, ou seja, aqueles que não têm o direito legal sobre a moradia. Alvo muito comum no jogo da barganha político-eleitoral tão característico no estado.

As ocupações urbanas estão presentes em mais de 70 bairros, ou setores, como são designados em Goiânia. Muitas se formaram em fundos de vale, colocando em risco a vida dos moradores, a exemplo do caso da Vila Roriz, na região norte do município. No entanto, existem outras ocupações urbanas que estão encravadas em meio a bairros cujo metro

²⁸ Vários setores nobres de Goiânia são oriundos de ocupação e/ou posse irregular, como por exemplo: Setor Universitário, Setor Jaó, Setor Jardim Goiás, dentre outros.

²⁹ Divulgado no Cf. o Popular, de 26-01-2009, Caderno Cidades.

quadrado construído está entre os mais caros da capital, como é o caso do Jardim Goiás, na região leste, onde atualmente o setor imobiliário investe em arrojados projetos³⁰.

Antes da promulgação do Estatuto das Cidades, criado em 2001, era muito difícil a regularização dessas áreas. Porém, com o advento dos instrumentos legais como a concessão real de uso, uma das novidades da legislação atual, a regularização de muitas áreas tornou-se possível e viável.

Porém, todo e qualquer processo de regularização da posse da terra urbana onde os valores da terra são muito superiores em relação às do campo, ocorre sempre de forma lenta. Segundo arquivos da Prefeitura (SEPLAN), a cinco anos haviam 46 loteamentos irregulares neste período. Já os clandestinos que somavam 28 em 2003, em 2009, até o mês de maio já são 17.

São chamados de irregulares os parcelamentos que foram aprovados pelo município, mas não foram devidamente registrados em cartório no prazo legal de 180 dias e aqueles cujo processo tramita na prefeitura. Para o Seplan-GO, são considerados clandestinos, por outro lado, os loteamentos localizados em áreas parceladas criados à revelia do poder público. Nestes casos, o loteador não tem interesse na regularização do imóvel.

Em algumas situações, a consolidação de uma área irregular interfere inclusive no desenho espacial urbano. No Parque Anhanguera, por exemplo, está uma das mais adensadas áreas de posse de Goiânia, mais de 4,7 mil pessoas vivem no local. Sua consolidação enquanto área de posse, ao longo dos anos, acabou inclusive impedindo a continuidade da Avenida T - 63, uma das mais movimentadas daquela região, quebrando o planejamento urbano da cidade e gerando um grande prejuízo para o trânsito da cidade, sentido nos dias de hoje.

No Parque Amazônia, um dos setores que mais atraem o setor imobiliário atualmente, especialmente os empreendimentos verticais, também vive um grupo considerável de pessoas morando e vivendo em áreas de posse. Só no município de Goiânia, tem

³⁰ Goiânia, por ser a capital e cidade mais populosa do estado, aparece com um exemplo das ocupações urbanas. Na realidade, praticamente todos os municípios da RMG sofreu esse processo durante sua formação e desenvolvimento. A história desses municípios está atrelada à prática das ocupações e dos mutirões. A prática dos mutirões se mostra presente desde o início da construção de Goiânia e se dispersa para os demais municípios do entorno. Com a consolidação do êxodo rural da década de 1980, conforme afirma Chaveiro, Calaça e Rezende (2009), há um aumento demográfico na capital do estado, que força, o então governador Iris Rezende, a tomar iniciativas para propiciar condições necessárias de moradia a essas pessoas. Nasce então a política dos mutirões, que a priori, serviu para usar essa massa de expropriados vindo do campo, na construção coletiva e participativa de suas próprias moradias, asfalto, escolas, creches, postos de saúde, etc., não necessariamente na capital, mas nos municípios que ficam no sopé da capital, garantindo assim o desenvolvimento da RMG. Atualmente esta política, e acima de tudo essa ação, está tão internalizada na cultura do morador da RMG, que existem avenidas, vilas, setores e programas políticos com esse nome, como é o caso da Vila Mutirão, Avenida Mutirão, Mutirama (Parque de diversões mais antigo e tradicional da capital goiana) e programas de governo como, por exemplo: “Mutirão do Cidadão”.

identificados pelo menos 31 diferentes endereços onde as moradias estão instaladas em áreas de posse, algumas delas públicas, outras particulares.

A arquiteta e urbanista Valéria Fleury, da Secretaria Municipal de Planejamento, lembra em entrevista ao mesmo jornal, que o objetivo da regularização fundiária deve ser sempre a garantia do direito às condições dignas de moradia. De acordo com Davis (2006), a concessão real de uso especial é destinada ao morador de baixa renda que esteja estabelecido em área pública há muitos anos, justamente a fim de garantir esse direito.

Ao longo dos anos, em Goiânia, as posses urbanas tomaram ares de bairro, com asfalto, água e energia elétrica. Mas como tudo se deu sem planejamento, feito “na marra”, esses agrupamentos urbanos não traduzem o ideal de cidade. “A tendência atual é tornar a cidade real também numa cidade ideal”, sinaliza Valéria Fleury³¹.

O que a arquiteta quis dizer é que em muitos casos, o que se busca é regularizar essas áreas mantendo as pessoas no mesmo lugar ou região, melhorando, no entanto, as condições de vida daquela comunidade. O que se percebeu através de pesquisa desenvolvida durante a graduação, é que as pessoas que moram em áreas de risco, têm muita resistência em sair do local ao perceber que será removido pela ação pública. Tais indivíduos estabelecem com o lugar, durante os anos em que viveram lá, uma relação muito íntima com o espaço vivido, geralmente desenvolvem seu trabalho (em sua grande maioria trabalha na informalidade ou em condições de subemprego) próximo ao local de moradia, além das relações que se estabelecem com a vizinhança. A própria rotina do local e até mesmo com o cultivo caseiro de hortaliças e frutas localizado nos “quintais” desses estabelecimentos, fortalece essa relação com o lugar.

De acordo com a Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), existem pelo menos 23 áreas de risco, que por estarem em áreas de risco ambiental, não podem ser regularizadas. Nesses casos, a população deverá ser retirada³². Como exemplo desse grupo, podemos pegar as ocupações do setor Emílio Pova, na região norte do município. Atualmente em Goiânia existe uma população estimada de 53,8 mil pessoas vivendo em posses urbanas e 52,8 mil pessoas vivendo em loteamento clandestino e irregular, perfazendo um total de 106,6 mil pessoas em situação de moradia fruto da ocupação de terras urbanas (Tabela 2).

³¹ Valéria Fleury fez parte da equipe que trabalhou na construção do Plano Diretor de Goiânia e que por mais de dez anos atuou na área da regularização fundiária do município.

³² Como exemplo desse grupo, podemos pegar as ocupações do setor Emílio Pova, na região norte do município.

As ocupações empreendidas, juntamente com uma cultura de trabalho baseado no mutirão e na coletividade, conferem aos moradores da Grande Goiânia e adjacências qualidades ímpares apreciadas pelo MST. A experiência vivida na conquista do lote urbano, agora tem total significado e importância na luta pela terra que se faz no campo. O citadino em Goiás, principalmente aqueles que são moradores da periferia e adjacências da RMG se apresenta como trunfo para a luta do MST no estado, em contraposição ao camponês propriamente dito, característico da fazenda goiana, que se apresenta como entrave à continuidade da sonhada reforma agrária em Goiás.

Através dos dados coletados junto à Seplan, resolveu-se espacializar tais ocupações, a fim de visualizar melhor como em Goiânia, as práticas de invasão de loteamentos urbanos se fazem presente, onde esta, se encontra entranhada na formação tanto da cidade, quanto dos seus próprios habitantes. O que se percebe é a grande dinâmica das ocupações de área urbana em Goiânia. Várias invasões aparecem da noite pro dia e ganham proporções demográficas em muito pouco tempo. A atuação do Estado aparece como forma reguladora dessa dinâmica urbana. Por exemplo, a antiga Vila Roriz (também conhecida como Sapolândia), hoje recebe o nome de Jd. Diamantina, no encontro do Rio Anicuns com o Meia Ponte.

As ocupações empreendidas, não unicamente pelos goianos, até mesmo porque, seria ignorar todas as frentes migratórias que ocorreram em Goiás, mas pelos moradores da RMG como um todo, principalmente os mais antigos, juntamente com uma cultura de trabalho baseado no mutirão e na coletividade, conferem aos moradores da Grande Goiânia e adjacências qualidades ímpares apreciadas pelo MST. A experiência vivida na conquista do lote urbano, agora tem total significado e importância na luta pela terra que se faz no campo.

O citadino em Goiás, principalmente aqueles que são moradores da periferia e adjacências da RMG se apresenta como trunfo para a luta do MST no estado, em contraposição ao camponês propriamente dito, característico da fazenda goiana, que se apresenta como entrave à continuidade da sonhada reforma agrária em Goiás.

Através dos dados coletados junto à SEPLAN, resolveu espacializar tais ocupações, a fim de visualizar melhor em Goiânia, tendo a capital do estado como exemplo, as práticas de ocupação de loteamentos urbanos presentes, onde esta, se encontra entranhada na formação tanto da cidade, quanto dos seus próprios habitantes (Fig. 06).

O que se percebe é a grande dinâmica das ocupações de área urbana em Goiânia. Várias invasões aparecem da noite pro dia e ganham proporções demográficas em muito pouco tempo.

Tabela 2: Setores com posses urbanas e loteamentos irregulares e/ou clandestinos em Goiânia, 2009.

Setores	Imóveis	População estimada
Nova Esperança	2.600	10.400
Parque Anhanguera	1.190	4.760
Jardim Guanabara	945	3.780
Universitário	711	2.844
Jardim Goiás	677	2.708
Vila Concórdia	668	2.672
Norte Ferroviário	640	2.560
Jardim Novo Mundo	481	1.924
Parque Amazônia	455	1.820
Areião	366	1.464
Jardim Botânico	353	1.412
João Brás	298	1.192
Emílio Povoá	256	1.060
Vila Rica	243	972
Jardim Europa	242	968
Vila Roriz	228	1.140
Vila Adélia	175	700
Vila Coronel Cosme	152	608
Vila Água Branca	150	741
Parque Amendoeiras	125	496
Aeroporto	124	436
Vila Redenção	100	400
Bosque do Jardim Aroeiras	100	400
Jaó	100	400
Novo Horizonte	100	400
Capuava	100	400
TOTAL	11.588	46.657

Fonte: Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), 2009.

A atuação do Estado aparece como forma reguladora dessa dinâmica urbana. Por exemplo, a antiga Vila Roriz (também conhecida como Sapolândia), hoje recebe o nome de Jardim Diamantina, no encontro do Rio Anicuns com o Meia Ponte. A ocupação do Emílio Povia foi anexado ao Criméia Leste. Em 2002, houve no município uma lei de zoneamento para não criar mais bairros. Com isso, as ocupações surgem, não se criam mais bairros, porém, tais são anexadas a outros setores. Um exemplo disso é a ocupação do Parque Amendoeiras que originou o nome do bairro, surgiram outras ocupações no entorno deste setor, onde somente anexou-se ao mesmo. Outra evidência disto é a ocupação denominada Coronel Cosme onde foi anexada ao setor Leste Vila Nova.

Porém, o que mais chama atenção, além dos números, é o tempo de existência dessas posses. Percebeu-se que a maioria das posses (91) em Goiânia são datadas de 21 a 30 anos atrás (Tabela 3). A ocupação da terra, no caso urbana, acompanhou o desenvolvimento espacial da cidade, que foi idealizada, e que com o passar do tempo, deu lugar ao desordenamento urbano e a falta de fiscalização e regulamentação por parte do Estado. Poder-se-á dizer que a formação da capital do estado e a própria formação da identidade goianiense passa inevitavelmente pela cultura da ocupação da terra.

Tabela 3 – Tempo de existência das ocupações em Goiânia, 2009.

Até 10 anos	3
Entre 11 e 20 anos	34
Entre 21 e 30 anos	91
Entre 31 e 40 anos	18
Acima de 40 anos	3

Fonte: SEPLAN. Goiás, 2009.

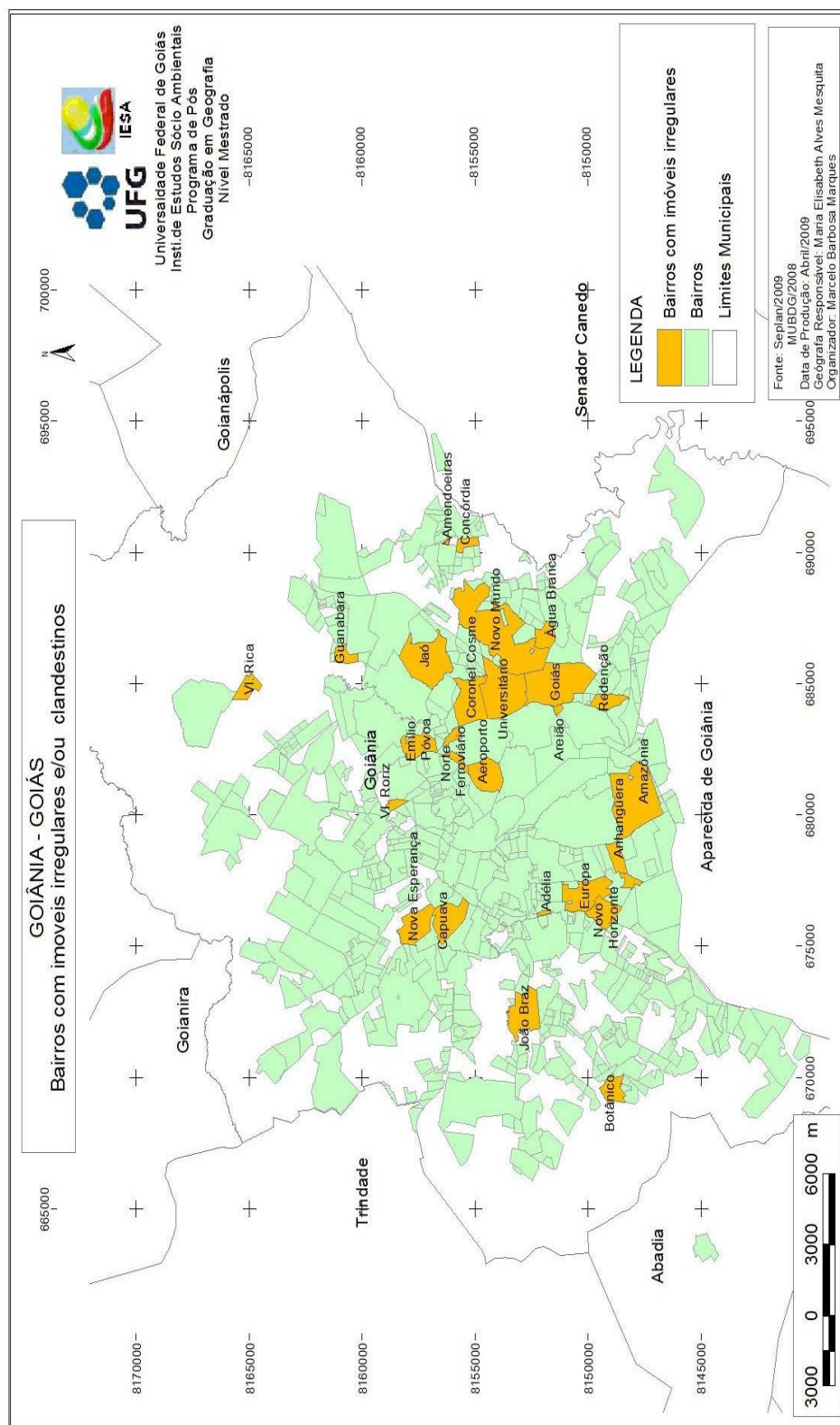
Nas grandes cidades onde o crescimento desordenado é inevitável, “periferia” se torna um termo extremamente relativo e específico de um momento: a orla urbana de hoje, vizinha de campos, florestas ou desertos, pode amanhã tornar-se parte de um denso núcleo metropolitano. Para Davis (2006), o desenvolvimento da orla das áreas urbanas assume duas formas principais: assentamentos de invasores e, para utilizar o expressivo nome colombiano, *urbanizaciones piratas*. Ambos geram paisagens “faveladas” com grande porcentual de

habitações abaixo do nível de padrão e construídas pelo próprio morador, com pouco fornecimento de infra-estrutura. Embora seja comum dar aos loteamentos clandestinos o rótulo errado de comunidades de invasores, há diferenças fundamentais.

Cabe ressaltar que ideologicamente existe uma grande diferença entre invadir e ocupar. A terra periférica “sem custo” tem sido muito discutida como o segredo mágico do urbanismo do Terceiro Mundo: um imenso subsídio não planejado aos paupérrimos. No entanto, é rara a ocupação não ter custo prévio (DAVIS, 2006). O mais comum é que os ocupantes sejam coagidos a pagar propinas consideráveis a políticos, bandidos ou policiais para ter acesso aos terrenos, e podem continuar pagando esses “aluguéis” informais em dinheiro e/ou votos durante anos. Além disso, há o custo punitivo de um local sem serviços públicos e longe do centro urbano. Na verdade, quando se somam todos os custos, a ocupação não é mais barata do que a compra de um terreno. A sua principal atração é a possibilidade de construir aos poucos e depois melhorar a construção, o que leva a uma diluição de custos (em fases).

Por vezes, a ocupação de terras pode tornar-se um drama político digno de manchetes, como foi o que aconteceu com o caso da ocupação conhecida como Sonho Real, no setor Parque Oeste Industrial em Goiânia. Em maio de 2004, uma área abandonada há anos no setor acima referido, foi ocupada por famílias sem-teto. Em poucos meses o número de pessoas chegou a aproximadamente 12 mil, cerca de 3 mil famílias. Os proprietários do terreno, com um preço estimado em R\$ 38 milhões, deviam mais de um milhão e meio em impostos à prefeitura. Mesmo assim, ignorando a necessidade básica de moradia daquelas famílias, a 10ª Vara Cível de Goiânia concedeu, em setembro de 2004, a ordem de reintegração de posse, para que as famílias fossem retiradas do local. Nos dias 11 e 12 de fevereiro de 2005, a Polícia Militar tentou entrar no terreno, mas foi impedida pelas barricadas dos moradores. Quatro dias depois, em 16 de fevereiro de 2005, a ocupação Sonho Real, no Parque Oeste Industrial, foi violentamente desocupada pela Polícia Militar (PM) do Estado.

A chamada “Operação Triunfo” acabou em poucas horas com o sonho construído durante nove meses por cerca de 3.000 famílias. Foram 2.500 homens da PM atuando na operação, de todas as divisões do Estado, desde tropas de elite até policiais disfarçados. Forças do exército também foram até a área depois de efetuada a desocupação, mas não foi informado à imprensa, naquela época, o motivo de sua presença.



No início da manhã, desse mesmo dia³³, fogos de artifício podiam ser ouvidos em toda a ocupação, avisando que a polícia se aproximava. A tensão aumentou entre os moradores, alguns pensavam em resistir, mas a grande maioria optou por receber a polícia pacificamente. Na barricada das Magnólias, a principal entrada para a ocupação, mulheres se alinharam e começaram a orar. A PM já se posicionava em frente à barricada, dentro da ocupação só restava aguardar o momento da ação policial.

Três blocos do Batalhão de Choque foram formados em frente à barricada das Magnólias e começaram avançar. Várias pessoas se aglomeravam do lado de dentro e levantaram os braços em sinal de não resistência. Logo as bombas começaram a ser lançadas pela polícia, balas podiam ser ouvidas cortando o ar e o desespero tomou conta de todos. As pessoas começaram a correr desesperadamente e foram surpreendidas por homens do Choque que já haviam adentrado na ocupação pelas laterais da área.

Moradores que registraram a entrada da polícia foram obrigados a fugir, tiveram equipamentos e câmeras apreendidos e acabaram presos, assim como parte da imprensa de um modo geral. No final da operação foram mais de 800 presos na ação da desocupação. Várias pessoas foram feridas e agredidas por policiais. Dois mortos foram confirmados pelas autoridades, porém, vários são os relatos de mortos ocultados pelos policiais.

Os moradores do Sonho Real foram levados para dois ginásios de esportes da cidade, nos bairros Capuava e Novo Horizonte. Todas as construções levantadas na área do Pq. Oeste Industrial foram derrubadas pelos proprietários da área, com o aval da justiça. Os pertences dos moradores foram levados para um depósito da Prefeitura de Goiânia, e muitos deles foram destruídos ou roubados no processo de reintegração de posse. Muitos até os dias de hoje, não encontram perspectivas de alojamento, voltando novamente a se integrarem a novas ocupações na capital goiana, perfazendo assim um ciclo histórico.

O que se faz necessário entender é a experiência de luta e ocupação de terra dos moradores da Região Metropolitana de Goiânia, principalmente da periferia de Goiânia ou do entorno de Goiânia. Tal experiência de luta que se mostra histórica e acompanha todo o crescimento da cidade. A capital goiana poder-se-á dizer, sem sombra de dúvidas, que é a manifestação e materialização de ocupações de terra, que posteriormente foram regularizados e obtiveram infra-estrutura alicerçada pelo poder e interesse do Estado. Assim se fez Goiânia, e assim se construiu a identidade goianiense baseado na ocupação e no mutirão. Ao

³³ A construção dos relatos sobre a desapropriação do Sonho Real foram baseados em dois vídeos amadores: um feito pelos próprios moradores e outro de posse do MST, na qual este também teve uma participação importante na luta pela resistência do Sonho Real evidenciando uma aliança através da troca de experiências entre um movimento social de luta pela terra no campo e outro urbano.

movimento, cabe procurar entender e se aproveitar de tal experiência de luta desses sujeitos a seu favor, afim de trazer para si indivíduos capazes de suportar a luta pela terra e resistir sem pestanejar. É no acampamento que se inicia o processo de transformação de indivíduos urbanos em militantes sem-terra. É nos mais variados espaços de socialização política³⁴ que este veste a camisa, coloca o boné e levanta a bandeira do movimento imbuídos de uma causa, onde antes não existia.

3.3 A estreita relação entre os sujeitos e os espaços

A priori, a questão é repensar determinados aspectos para buscar uma melhor compreensão sobre as contradições expressas nos espaços rurais e urbanos, que ditam o incessante movimento de construção, destruição e reconstrução de realidades vivificadas pelos seus sujeitos.

Na batida ininterrupta do tempo, espaços são constantemente transformados. Para Bagli (2006) o aparente, ou simplesmente aquilo que nos arrebatava aos olhos, a intensidade e a velocidade dessas transformações, revela o multifacetado processo contínuo de mudança. Todavia, há também aquilo que muda e que não se apresenta como algo transformado. Transformações camufladas sob o véu de uma aparente inércia, mas que nunca deixam de acontecer.

Múltiplas vidas. Realidades que mudam sem tocar o sensível, ou que por inúmeras vezes manifestam a aparência transformada sem tocar a fundo a essência. A essência apresenta-se no novo que se constrói, no velho que se destrói e, sobretudo, naquilo que se reconstrói, seja ela, sobre novas ou antigas formas.

Contudo, não basta entender a mudança em si, mas o que ela traz para aquilo que transforma. Assim como as duas faces de uma moeda, se há uma realidade que muda, há também uma outra que, sob a luz da mudança na cadência de sua própria contradição, permanece mudando. De acordo com Bagli (2006), esse movimento dialético só pode ser entendido e apreendido se interpretado pela estreita relação entre aparência e essência.

Tal pensamento brotou de uma observação empírica, porém, despretenha e sem os rigores que a academia nos pede. Voltemos nossas interpretações para a maior festa agropecuária de Goiás, organizada pela Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA)

³⁴ O espaço de socialização política, se faz nos mais variados espaços: desde o dia-a-dia no acampamento, mas também nas mais variadas manifestações: marchas, ocupações de terra, representações de místicas, reuniões, assembléias, dentre outros momentos coletivos.

e que se realiza duas vezes ao ano na capital do estado. Esse evento, em seu espaço contraditório que é uma mistura de transações milionárias (voltado especificamente ao Agronegócio) e festa popular, arrebanha para si milhares de pessoas todos os anos. Shows pirotécnicos e sempre recheados de duplas sertanejas e bandas de pop-rock famosas nacionalmente (o que já é contraditório), além de boates tipicamente urbanas com ingressos a preços de “perder de vista”, mas que atraem para o interior de seu espaço, uma heterogeneidade de indivíduos, com as mais variadas intencionalidades e origens.

É comum e natural vermos nessa festa uma gama enorme de indivíduos (homens, mulheres, crianças e idosos) com trajes que remetem a “origem” camponesa. Em sua grande maioria trazem além de seus corpos, fivelas gigantescas, camisas quadriculadas, chapéus das mais diversas marcas e estilos, botas reluzentes, e ainda existem aqueles que ainda arriscam até mesmo uma espora. Esses são conhecidos como “agroboys” e “agrogirls”. Tais indivíduos de nada parecem ou lembram o camponês brasileiro ou goiano. Nada de errado teria, se estes fossem verdadeiramente camponeses, com origens, hábitos, costumes e modo de vida rural, saberiam através da sua essência e sabedoria a longínqua diferença entre campesino e o “country”, não se reconhecendo em tais indivíduos e em uma festa que nem de longe os representa.

Essa festa remonta a idéia de contradição entre aparência e essência dos indivíduos e seus modos de vida, na qual, são construídos cotidianamente. A aparência se expressa no plano sensível, salta aos olhos. Está no plano do imediato. Apresenta-se de forma concreta, podendo ser visualizada, percebida, sentida, apreendida. Entretanto, a aparência pode mascarar a essência dos sujeitos, apresentando-se de forma parcial. Dissimula e furta as cores do que realmente é.

A essência se apresenta como aquilo que ultrapassa o que os olhos podem apreender, ela é abstrata. Está oculta pela aparência, portanto, no nível do mediato. Por vezes, é interpretado por aquilo que o sensível expressa. Por isso, nem sempre é o que aparenta ser. Desvendar a essência dos sujeitos é mergulhar profundamente naquilo que as suas aparências teimam em esconder, transcendendo aquilo que está no plano do sensível. A essência é a lógica que funda e mantém a aparência, embora raramente se apresente no campo do perceptível.

Portanto, a aparência é aquilo que se mostra, enquanto que a essência é aquilo que se esconde. A aparência é perceptível, a essência foge aos olhos. Porém, ambas não podem ser compreendidas isoladamente. São partes que se complementam e que revelam o emaranhado movimento dialético de construção da realidade.

As mudanças não podem ser compreendidas fundamentadas simplesmente na aparência. Corre-se o risco de esconder ou suprimir a própria essência dos fatos. O objetivo de se pensar alguns elementos, entre eles o tempo, a relação com a terra, os hábitos, as funções e a paisagem, torna-se uma tentativa de incorporar à análise dos sujeitos o processo contraditório de construção de suas realidades.

Embora as transformações apontem aparentemente para a homogeneização dos espaços, em virtude da difusão de características comuns, a intensificação das relações campo-cidade se estabelece justamente pela manutenção de suas peculiaridades. Os espaços ampliam suas relações, porque as diferenças existentes em cada um deles favorecem a busca pelo outro como tentativa de suprimir possíveis ausências. A ausência de um é a complementaridade do outro.

As descontinuidades territoriais³⁵ acabam interferindo, direta ou indiretamente, na desconstrução de identidades através da superposição de formas espaciais, de um contínuo. Sposito (2006), afirma que o reconhecimento de um contínuo cidade/campo não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de uso de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano.

Contudo, não se trata apenas das formas espaciais, mas sim das relações entre cidade e campo e dos interesses entre atores sociais que têm sua vida econômica e/ou política e/ou social ou ainda, seu *habitat* associados a espaços urbanos e rurais. Esse espaço dicotômico acaba gerando uma mistura de hábitos e costumes, tanto do urbano quanto do rural, nas pessoas que nelas habitam (SPOSITO, 2006). Se pararmos para analisar esse contínuo se confunde, em muitos aspectos, com a periferia das grandes cidades³⁶.

Espaços que se diferenciam. Diferenças que se complementam. Espaços que também se assemelham. Entretanto, que não se tornam homogêneos. Quanto mais se inter-relacionam, mais se encobrem as contradições. Tempos diferenciados, movido por lógicas distintas, porém não excludentes, pois a lógica que reina é a lógica do capital, portanto, a mesma. Tempo que, por vezes, são negados, por outras, reafirmados constantemente.

³⁵ Pode-se usar o exemplo da relação cidade-campo, quando não se sabe onde finaliza um e começa o outro espaço.

³⁶ Quanto mais na periferia do tecido urbano, teoricamente, mais próximo do espaço rural se encontra o indivíduo.

Tais relações se estabelecem sobre bases diferenciadas, determinando assim, hábitos e sociabilidades completamente distintas. Funções e paisagens não homogêneas, cada um com sua particularidade e peculiaridade. Lógica dominante que transforma aquilo de que se quer apropriar, mas que também se apropria daqueles que não conseguem transformar.

Toda transformação demanda tempo. Elemento este que nos furta só de pensarmos. Este nasce da tentativa de melhor compreender as escalas de mudanças e suas diferentes expressões. Tempo rápido em contraposição ao tempo lento: a rapidez das transformações sentidas com ênfase bem maior nos espaços urbanos. O “novo” no urbano é algo constantemente visualizado, posto que as mudanças vem acontecendo de forma incessante. O espaço urbano, em seu processo de produção e reprodução, passa por constantes renovações. Nas casas e prédios construídos e destruídos, nas ruas e avenidas traçadas e replanejadas, no fluxo dos automóveis e das pessoas, nas vitrines, nas mercadorias comercializadas, enfim, na infinitude de coisas que surgem sem aviso prévio.

Tempo lento no rural: mudanças atreladas a uma lógica territorial mais próxima da natureza e que se expressa de maneira pouco fugaz. Transformações também visualizadas, porém, em menor escala, mas que não deixam de acontecer. Lá estão, embora nem tão perceptíveis. Atacam diretamente a essência, mas que não se revelam aparentemente com tanta transitoriedade quanto no urbano.

Porém, o tempo não se relaciona somente às mudanças ressaltadas. Mas também vale lembrar da forma como tais tempos são apropriados pelas pessoas que vivificam tais espaços. Se há diferencialidades nas expressões e percepções de escalas das mudanças, se o tempo é sentido e percebido de maneira diferenciada, as pessoas que vivem esses espaços constroem modos dessemelhantes.

Nas grandes cidades, o cotidiano é construído sobre o tempo mecânico. As formas como as pessoas se utilizam desse tempo e dele se apropriam não são compassadas e nem ditadas pelas mudanças naturais. O ritmo do tempo segue a velocidade da mobilidade excessiva dos processos de produção, circulação, troca e consumo de mercadorias. No urbano, o tempo é sinônimo de movimento, e é sobre esse deslizar frenético dos ponteiros do relógio que são construídos referenciais, hábitos e costumes.

As pessoas, portanto, encontram-se imbuídas por uma lógica em que a rapidez dos acontecimentos determina o ritmo de seu modo de vida. Trabalho, descanso, compras e lazer seguem a cadência da lógica do capital de maneira efetiva. Nesse espaço, o relógio é o que conduz: controla a hora de dormir, acordar, trabalhar, namorar, descansar e se alimentar. Tempo fugaz, incontrolável e muitas vezes curto.

É justamente essa peculiaridade que confere ao urbano a primazia dos processos: a rapidez em responder às ações e às necessidades introduzidas pela lógica do capital. No entanto, essa primazia não deve ser visto apenas de forma pejorativa. Como quase tudo, há pontos positivos e negativos que se escondem sob essa lógica intensa do urbano. Rapidez que encanta e desencanta, que atrai e repulsa. Há aqueles que odeiam ou simplesmente não conseguem ficar sem tal peculiaridade.

Fato é que o urbano não apresenta em sua totalidade uma homogeneização. Nem toda mudança é apropriada na velocidade de seu movimento. Há dentro de si, espaços descompassados, que se destoam. A construção de diferentes temporalidades se concretiza sobre as múltiplas formas de inserção social. As perversidades do modo de produção promovem e excluem, contraditoriamente, formas de inserção que não se conectam à lógica produtiva. Temporalidades apresentadas como permanência ou resistência, ora sufocadas pela ditadura da mudança, ora por ela produzidas e reafirmadas. De acordo com Carlos (2001), o tempo de vida se manifesta nas relações cotidianas e está imbuído por uma lógica em que a particularidade dos fatos influencia na vivência e sobrevivência no urbano. Temporalidades que se fundamentam nas necessidades e nas limitações do espaço vivido.

Contudo, no campo as relações cotidianas são construídas sobre um tempo mais ligado a uma lógica territorial, que se faz por meio da intensa relação com a natureza. Costumes e hábitos seguem um ritmo diferenciado, na qual as transformações estão atreladas às possibilidades expostas pela natureza. O tempo também é sinônimo de movimento, mas um movimento nem tão perceptível aparentemente. No campo existem outros horários, outros tempos³⁷. Temporalidades diferenciadas do plantio, da colheita, da poda, da entressafra; horários que seguem outras rotinas e normas e que interferem diretamente na construção de um outro modo de vida, distinto do urbano.

Porém, não significa dizer que, nos espaços rurais, não há a determinação de um tempo ditado pela lógica capitalista. Muito pelo contrário, o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção tem permitido aumentar a capacidade de interferência na natureza, mesmo que as mudanças sofridas nesse espaço não sejam homogêneas e nem abarquem a todos. A tecnologia permite controlar determinados aspectos, inserindo maior velocidade à produção de alimentos e matérias-primas.

³⁷ Ocorre habitualmente um grande equívoco de opinião, principalmente no discurso de indivíduos urbanos em relação aos camponeses e até mesmo aos sem terra. O discurso vem da percepção de que sempre se vêem sem terras e/ou camponeses, este se encontram “à toa ou sem fazer nada”, enquanto que na verdade, é o reflexo da ignorância dos citadinos em não reconhecer a diferenciação das temporalidades desses dois espaços. A lógica temporal das grandes cidades é completamente diferente do tempo do campo, o que acaba interferindo diretamente na relação entre espaço e trabalho.

As tecnologias também mudam numa velocidade alucinante e quase inacompanhável e é notório a percepção das inúmeras possibilidades de maior aproveitamento do solo pelo uso e emprego de novas tecnologias. O uso de adubos, maquinários e defensivos agrícolas contribui para o aumento da produção. Os avanços da biotecnologia têm contribuído para criar sementes selecionadas, mais resistentes e nutritivas, fazendo chegar aos consumidores produtos de maior qualidade e o que mais interessa ao capital, em maior quantidade. A biotecnologia também contribui para o desenvolvimento de espécies animais mais adaptadas à produção de carne, leite, couro e lã, tudo isso em tempo reduzido. Portanto, até certo ponto, a lógica capitalista determina o que, como e quanto produzir.

Mesmo com todo o crescente avanço das tecnologias, das técnicas agrícolas e o conhecimento científico levado ao campo, nunca conseguimos nos emancipar totalmente das intempéries e vontades da natureza. Embora existam formas de controle de pragas, irrigação e qualidade da produção, as condições naturais são essenciais para o desenvolvimento das culturas. A evolução contribuiu, mas não promoveu o domínio completo da natureza, especialmente no que diz respeito à produção agrícola. Esta ainda se encontra sob a lógica natural, segundo a qual os ciclos biológicos são ditados pelos processos naturais que incluem condições climáticas favoráveis ao seu desenvolvimento.

Em suma, as tecnologias contribuem para acelerar as fases do ciclo biológico, mas não saltá-las. Chuvas em excesso, seca prolongada, geadas e outros fatores climáticos não controlados pela tecnologia humana ainda são elementos que podem desestabilizar, mesmo que seja momentaneamente, a produção agrícola. Se voltarmos nosso olhar para a pequena produção agrícola, com uso restrito de tecnologias, tais condições influenciam ainda mais na produção, pois esta muito mais suscetível às tais variações. (BAGLI, 2006)

Assim, o tempo não é algo livremente controlado (pelo capital, por exemplo). O ritmo da produção ainda se encontra atrelada à lógica ditada pela natureza. Embora o tempo mecânico consiga se inserir na lógica natural, não consegue suprimi-la.

A temporalidade do capital não tem vez frente a temporalidade natural. Já que não há como subjugar-la totalmente, o jeito foi de apropriar-se dessa peculiaridade. Há, portanto, uma apropriação das diferencialidades existentes em ambos os espaços para dominar e estender os objetivos do modo de produção. A versatilidade do capital permite a incorporação de espaços e tempos distintos. Cria necessidades e busca, concomitantemente, suprimi-las, transformando-as em mercadorias passíveis de consumo.

O cotidiano (in)tenso do urbano produz necessidades que aumentam a procura por realidades adversas, em busca de um outro tempo menos racional e mecânico e mais atrelado

à lógica natural. Portanto, o tempo natural transforma-se em mercadoria, sendo vendido aqueles que buscam sair momentaneamente da lógica vivida no cotidiano urbano.

De acordo com Bagli (2006), nem só de tensão vive o urbano. Existem outras temporalidades, nem tão rápidas nem efêmeras, mas diferenciadas das temporalidades rurais. Há aqueles que procuram o urbano por suas peculiaridades. Aqueles que desejam sair da rotina imposta pela lógica territorial rural para inserir-se em uma realidade diferenciada.

No centro urbano, a efemeridade se expõe e a mudança se mostra de forma mais contundente. O tempo é ritmado pela lógica do movimento, embora não se apresente como via de regra. No rural, a mudança é aparentemente pouco perceptível, e o tempo segue a cadência natural, embora existam algumas incursões de um tempo mecânico, mas que nunca este o sobrepõe ao tempo ditado pela natureza. Todas essas diferencialidades se expressam na construção dos hábitos e na forma de se relacionar com a terra, podendo ser caracterizado como entrave ou possibilidade de construção de novas identidades.

3.3.1 A terra e a sua função: afinal o que muda?

A terra tem funcionalidades distintas, de acordo com a relação que as pessoas estabelecem com ela. Na terra se pisa, sobre ela são construídas moradias e estradas, sobre ela cidades são edificadas e transformadas, dela brota nosso alimento. A terra é chão e também é produtora. É valor de uso e de troca. É terra de trabalho e, é terra de exploração.

A relação com a terra não é construída de forma igual nos espaços urbanos e rurais. Há uma lógica e sentidos próprios para cada um dos espaços. Entretanto, as diferencialidades não se fundamentam na oposição entre o urbano e o rural, ou seja, não se mostram antagônicos. Pelo contrário, se concretizam pela complementaridade.

Há aqueles que tiram da terra sua sobrevivência. Aqueles que sobre e nela trabalham, semeando, colhendo ou extraindo. Terra amansada com as mãos, ou por meio de máquinas, onde se cultivam alimentos e se perpetua a reprodução da vida. Nessa realidade, a base das relações cotidianas é edificada sobre a intensa ligação de troca entre o ser humano e a terra.

Há também aqueles para quem a terra é chão, ou melhor, asfalto. O trabalho não ocorre na terra, mas sim, sobre ela. As mãos não mais a preparam para o cultivo, e sim, para suportar as modernas construções e seu fluxo contínuo de pessoas e veículos. Por isso, um outro tipo de relação é estabelecida, onde não se fundamenta mais a relação da troca. As

relações se solidificam através daquilo que sobre a terra é construído e pelas funções que passam a ter.

De acordo com Kowarick (1993), a terra funciona nos espaços rurais como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida.

No campo, as relações cotidianas são construídas através de uma intensa ligação com a terra. Dela brota o sonho, a expectativa e o sustento da família. É nela que se faz a condição do trabalho e da produção, seja pelo cultivo ou pela criação de animais. A terra não é simplesmente chão, mas sim, sinônimo de sobrevivência.

Portanto, os hábitos são construídos tendo como referência a estreita e intensa relação entre trabalho e terra. As tarefas e afazeres diários eclodem dessa relação: preparo, adubação, plantio, poda, irrigação, colheita, dentre outras inúmeras atividades que se inserem no campo. É da lida com a terra que sai toda espécie de rendimento, seja este para a sobrevivência ou para sua comercialização.

Não simplesmente a relação direta com a terra constrói e confere hábitos ímpares ao camponês, mas também, sua relação com os produtos derivados da terra se faz diferenciado. Essa relação possibilita um contato muito mais intrínseco com os produtos in natura (frutas, hortaliças, grãos, ovos, leite), o que permite a produção de compotas, doces, queijos, iogurtes naturais, pão, pamonha, dentre outros. Fato é que mesmo aqueles que não mantêm uma relação direta com a terra possuem em seu espaço urbano uma possibilidade de adquirir com certa facilidade tais produtos. Uma coisa é ir ao supermercado e comprar meia dúzia de laranjas e um litro de leite para saciar as necessidades imediatas. Outra bem diferente, é ter no fundo da casa um pé de laranja carregado de frutas³⁸ ou uma vaca (mesmo que seja magra) que produza litros de leite. Contudo, cabe ressaltar que a inserção no mercado de produtos industrializados e a comodidade em adquirir tais produtos reduziram esse processo de fabricação caseira. A notória perda de algumas características artesanais fez com que a população aumentasse sua dependência em relação aos produtos industrializados.

Cabe também cambiar nosso olhar para a notável contradição existente no modo de produção, que concomitantemente, destrói e reconstrói hábitos, incorporando em seu processo de recriação a lógica mercantil. Nos dias de hoje, com a retomada da procura por produtos artesanais e por alimentos orgânicos, abriu-se um novo espaço para a produção

³⁸ Percebe-se que muitas famílias, principalmente as que vivem nas periferias das regiões metropolitanas e/ou cidades pequenas e que tem uma origem rural ainda preservam esse hábito de manter em seus quintais pés das mais diferenciadas frutas, pelo simples e saudável prazer de colhê-las e de manter uma relação com a terra que ultrapassa as facilidades de consumo das prateleiras dos supermercados.

caseira, e conseqüentemente, um novo valor agregado a estes, que tem por objetivo atender a demanda do mercado (seja nacional ou internacional), e não mais apenas ao consumo familiar. Contraditoriamente, o que era um hábito tradicional, torna-se agora, uma fonte de renda segura. O MST entendendo essa nova ordem de mercado aposta em seus produtos orgânicos e tenta fazer a diferença no comércio de seus produtos excedentes, gerando renda extra. Porém, ainda enfrentam variadas resistências na hora de comercializar seus produtos, que vão desde a antipatia junto à sociedade até a desconfiança da veracidade dos seus produtos, mas aos poucos, vem conquistando seu espaço em feiras publicas e mesmo nos assentamentos.

Ao pensarmos a contradição no atual modo de produção inserido numa lógica de desenvolvimento capitalista no campo, não podemos deixar de pensar no espaço do agronegócio e sua relação com a terra. Nesse espaço, a relação com a terra se mantém, pois é dela que vêm os produtos que serão comercializados. No entanto, esta relação se mostra diferenciada. Por exemplo, nesse caso, o que prevalece é o interesse estritamente comercial. Justamente pelo fato do interesse ser diferente, algumas relações não se efetivam em sua plenitude, onde em algumas etapas não existe mais a relação homem-terra, pois são realizadas por máquinas e controladas por computadores. Contudo, a terra continua a ser fator de garantia de rendimentos e os objetivos são norteados sobre as crescentes possibilidades de sua exploração.

A relação trabalho-terra e de sua produção objetivando lucros, faz surgir novas demandas de mercado que se fundamentam na relação com a terra. As novas relações se mostram desde a produção de húmus, flores e gramíneas, até a instalação de moradias de veraneio, fazenda agro-ecológica, chácaras e pesque-pague. Esses últimos, sobretudo, visam atender parcelas da população que não possuem esse tipo de relacionamento em seu dia-a-dia urbano.

Vale ressaltar, que em algumas atividades a relação com a terra existe, mas não necessariamente tem de ser uma relação de trabalho, mas sim, de lazer, de descanso e entretenimento. Um bom exemplo são aqueles que procuram locais como chácaras de recreio, na qual não querem desenvolver necessariamente uma relação de trabalho com a terra. Almejam o lazer e principalmente o ócio, inseridos em uma outra temporalidade. Temporalidade distinta encontrada nas trilhas ecológicas, no passeio a cavalo, na água gelada da cachoeira ou no cantar dos pássaros silvestres.

No entanto, faz-se necessário um olhar mais atento sobre essas relações. Nem sempre a procura por outros espaços viabiliza a inserção em uma lógica distinta, em uma

outra temporalidade. Não necessariamente aquilo que está no campo pode ser entendido como uma realidade rural. Nem sempre o espaço revela a sua essência. O rural pode e também deve ser entendido como um espaço gerador de lazer e consumo. Porém, nem tudo aquilo que se apresenta como paisagem tipicamente rural, de fato verdadeiramente o é.

Um exemplo dessa singularidade é a crescente procura por locais que ficam às adjacências e nos sopés das metrópoles, principalmente nos finais de semana, ou em feriados que vão de pesque-pagues até fazendas Agro-ecológicas, todos carregados de elementos da paisagem rural. A paisagem natural contribui para acentuar a procura por tais espaços, por aqueles que buscam uma espécie de “happy day”. Porém aqueles que se “refugiam” nesses espaços em busca de tranquilidade e contato com a natureza geralmente procuram dias e horários mais calmos em busca do isolamento.

Afinal, o que faz esses lugares ser atualmente tão procurados e tão atraentes? Em tais espaços vê-se agregado atributos e peculiaridades que não se encontram presentes no espaço e no dia-a-dia daqueles que o procuram. Está na proximidade com a natureza. Porém, cabe ressaltar que esse atributo maior de atração – a natureza – em muitas das vezes é construída e planejada como investimento. Natureza artificial, construída, premeditada e à serviço da lógica capitalista. Apropriam-se dos espaços, transformando-os de acordo com a demanda.

É na ausência, naquilo que não se tem no espaço urbano, que não é vivificado cotidianamente, que apostam os empreendedores de tais lugares. As pessoas buscam em seus tempos de lazer e de ócio, aquilo que se opõem a sua realidade, com o objetivo de suprimir as carências urbanas, transformando tais espaços, em simulacros.]

Porém, a procura pela ruralidade não significa mudança de hábitos e nem de costumes. Nos pesque-pagues, por exemplo, funcionam sob a seguinte lógica: são restaurantes “distantes” da casa e do trabalho (o que dá um sentido de afastamento, mesmo que momentâneo, dos problemas diários, do cotidiano, da rotina urbana); é uma espécie de restaurante com vista para o lago (embora, em sua maioria, artificiais), onde é possível pescar (pagando pelo peixe pescado), ou até mesmo comprar o peixe sem ter que ao menos pescá-lo. Em síntese, as pessoas buscam espaços novos, contrários ao seu dia-a-dia, espaços naturais (embora artificiais), porém não mudam seus hábitos e costumes tão peculiares, pois não se fixam nesses espaços, eles são uma fuga e dura o tempo de uma fuga.

O sucesso de tais empreendimentos se revela aparentemente por dois grandes motivos: a existência de uma paisagem diferenciada e a sua proximidade com as cidades. Vale ressaltar também que nem sempre a procura pelo outro não se concretiza na construção de

simulacros, nem por meio de pseudo-relações. Pelo contrário, se solidifica sob fortes relações, como aqueles que procuram o campo para trabalhar ou morar. E também há espaços de lazer no campo que não se constituem em simulacros (como no caso, o crescimento da procura de hotéis fazenda). Embora os espaços rurais sejam procurados para suprir possíveis ausências urbanas, as ruralidades existentes não se concretizam em cima de realidades artificialmente construídas.

No espaço urbano, a relação com a terra assume outro caráter. Historicamente, a divisão territorial do trabalho reservou funções especiais para cada espaço urbano. A categoria trabalho não se fundamenta na relação com a terra, na sua exploração para subsistência ou comercialização. Obedece a outras normatizações e critérios por conta de suas funções distintas.

A terra traz em si outros objetivos, bem diferentes daqueles que residem no campo, ou simplesmente se apropriam dele temporariamente. A terra no campo é possibilidade, é sustento, é produção, é vida, enquanto que na cidade, a terra é sinônimo de sujeira, se chover vira lama. Nas cidades a terra se apresenta como mero chão, é o indicador de que ali falta asfalto. Dela pouco se retira ou se cultiva. Portanto, apresenta em si uma outra dimensão. A relação dos sujeitos com a terra é completamente diferente.

Nos espaços urbanos, as relações acontecem por meio daquilo que sobre a terra está construído. Portanto, outras relações são desenvolvidas sobre bases e realidades que se diferenciam do campo. Alimentos não são cultivados e colhidos, e sim, comprados no supermercado da esquina. A rotina e o trabalho acontecem sobre horários mais rigorosos e não se assemelham com a lógica natural. Todas as atividades desenvolvidas estão atreladas a uma rigurosidade temporal pré-estabelecida e pré-determinada. Aos cidadãos cabe somente aceitar sua condição de escravo do relógio. Uma relação ambígua e confusa com os ponteiros que incessantemente teimam em se movimentar e nunca param. Assim se vêem os trabalhadores cidadãos, se identificam com os ponteiros do relógio, porque nunca param. E quando param, voltam seus olhares para eles, para saberem quando terão que retornar à labuta. Incessante luta onde só há um que comanda e apenas um comandado.

Contudo, não cabe aqui criar a ilusão de que o trabalhador rural é mais livre por estar mais ligado à lógica territorial mais próxima da natureza, longe disso. Nem tampouco estimular a visão romântica da harmonia plena entre o homem e a natureza. A natureza também estabelece uma relação contraditória entre liberdade e dependência. Liberdade, pois não há o estabelecimento de horários engessados, pré-estabelecidos para a execução de tarefas diárias. Os horários são construídos mediante a quantidade de tarefas e o tipo de serviço a ser

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mesmos processos de espoliação estão no campo e na cidade. Nesses dois espaços estão os mesmos processos de apropriação privada e expropriação de espaços para criar as condições para a reprodução do capital. Diante disso, surge a necessidade de construção de uma estratégia de militância diferenciada visando a continuidade da resistência camponesa. Ao mesmo tempo em que os processos de expropriação unem o rural e o urbano, também as lutas contra a expropriação se aproximam construindo um maior diálogo e a junção de algumas estratégias entre os movimentos rurais e urbanos.

A luta por valores comuns como cooperação, sustentabilidade, autonomia, soberania e dignidade, cresce, se fortalece, não apenas na cidade e nem apenas no campo. Mas em ambas e de forma intrínseca. Muitos dos que estão nas cidades se voltam para os valores da vida no campo e podem até mesmo se apropriar de valores da campesinidade. Lutam por uma segurança alimentar, buscam formas e redes de solidariedade e cooperação, lutam para reproduzir a família, desejam a modernidade tecnológica, mas questionam o custo ambiental desta, buscam superar a falta de trabalho no mundo do trabalho. Outros que estão no campo, lutam para se manter no campo, para se reproduzir enquanto camponês. Mas vão além. Lutam pelo acesso a tudo aquilo que a cidade pode representar. O acesso à infra-estrutura, as diferentes opções de lazer, à possibilidade de continuar estudando, à comunicação, ao encontro, à centralidade.

É a busca da possibilidade, tanto no campo como na cidade, de unir modernização à liberdade, e tentar quem sabe, escapar do destino que o grande capital os impõe. É isso que esse aparente paradoxo de recampesinar o “urbano” parece nos dizer.

Ao integrar o urbano no campo e não a urbanização do campo, o MST está reivindicando a possibilidade da criação de uma nova perspectiva de desenvolvimento social. Essa nova militância reflete um processo, ainda em construção, de busca por alternativas à espoliação.

Diversas são as dificuldades enfrentadas pelo movimento no estado de Goiás, diante de uma terra marcada pelo mandatarismo e o paternalismo dos coronéis, de uma afetividade construída através de uma relação com seu empregado, que mesmo sendo uma relação de sujeição, seus laços se mostram quase inquebráveis. Além desse laço afetivo com o coronel, o camponês também cria uma relação íntima com o lugar, sua região, sua terra, que apesar de não ser sua, o vê e o sente como tal.

O que parecia se mostrar uma grande dificuldade para a consolidação do movimento no estado, abre-se uma nova perspectiva de ação. Diante da resistência do camponês em integrar a luta pela terra, o movimento viu no morador da RMG um grande aliado no fortalecimento da luta. Todo o histórico de ocupações de terras urbanas e seu caráter migrante faz do morador da RMG um importante agente na luta pela Reforma Agrária no estado. O atual militante carrega em si um sentimento saudosista da vida no campo que é perpassado de geração a geração a partir de histórias contadas de pai para filho. Esse sentimento se manifesta nas relações que essas gerações têm com a terra, a necessidade de se manter vivos hábitos e costumes como a plantação de cebolinha no fundo do quintal, a manutenção de árvores frutíferas em suas casas, criação de galinhas caipiras, e simbolismos como a “pamonhada” em família, entre outros. Outra característica singular desse novo perfil de militante residente da RMG está na facilidade em se compreender a concepção de coletividade proposta pelo movimento, pois “o mutirão” (tão presente no cotidiano dos goianos), reflete a materialização de tais concepções de trabalho coletivo.

O MST, ao propor uma reforma agrária que demande pelo urbano, está propondo o desenvolvimento do campo, o que por sua vez, coloca a necessidade de inserção social de forma mais digna aos sujeitos da reforma agrária. Está justamente colocando a necessidade de se fazer com que o militante não seja apenas um sujeito econômico à serviço e subordinado às cidades. Nesse sentido, existe uma reafirmação e recriação de um novo sujeito social.

Esse processo tem início com a constituição do sujeito político por meio das lutas, pela conquista da terra. Ao “entrar” na luta pela terra junto ao MST, esse sujeito percebe que além de chão para plantar, ele possui e pode reivindicar outros direitos. Torna-se aí sujeito político e passa a ter consciência do pertencimento a uma classe. Supera a posição de subordinação política.

Frente à constituição dessas novas ações estratégicas, o urbano e o rural se misturam e coexistem. Tanto em relação aos processos de dominação, mas também de luta, unem campo e cidade e as novas opções de vida que reivindicam a modernidade, mas também a conservação de determinados valores camponeses. Precisamos, e a Geografia possui papel fundamental nisso, reelaborar conteúdos e conceitos acerca da relação cidade-campo. É preciso pensar campo e cidade para além de suas aparências e de sua concepção como dois espaços separados. É necessário perceber os processos em comum, as novas práticas socioespaciais, os novos sujeitos históricos, as novas estratégias de luta que demandam também uma Geografia comprometida com a justiça social, cuja análise seja mais do que crítica, seja humana.

Não há como estudar o sujeito desvinculado do movimento. Na realidade existe uma tríade que não pode ser analisado separadamente, solto, pois um está intimamente intrínseco ao outro: sujeito social, movimento e militância. A ação de um é o reflexo do outro.

Existem várias questões que são levantadas. Pode-se inferir que o sujeito sem-terra atualmente em Goiás, vem das cidades, ele é um indivíduo urbano, no entanto, ele é fruto da expropriação histórica dos camponeses vitimados pela modernização conservadora imposta pelo Agronegócio. Uma expropriação que começou com seu avô, passou pelo seu pai e hoje se reflete no militante. Este, juntamente com sua família, já se encontra nas cidades e vê no movimento uma possibilidade de retorno às origens afetivas, um retorno ao simbolismo do que o campo representa ao seu imaginário, construído pelos seus entes. Uma hipótese é levantada, se ele, em sua maioria, não vem do campo, o conceito de D.T.R.⁵¹ passa a ser questionável, pois se ele não veio do campo, não há uma desterritorialização e uma consequente reterritorialização camponesa. Porém, não se deve pensar no seu modo de vida e na sua relação com os espaços de uma forma estanque, e sim, enquanto processo. Na realidade, a DTR aconteceu, contudo de uma maneira processual, que se iniciou com seu avós e agora abre uma possibilidade de retorno ao campo vinculado a um movimento social, no caso o MST.

Fato importante é a relação entre espacialização e territorialização. Por ser um movimento socioterritorial, o território passa a ser o trunfo na luta pela terra. E a espacialização interfere diretamente no processo de conquista de território. Os acampamentos levantam suas lonas cada vez mais próximas da cidade, lá está o centro de decisão que tornará a territorialização possível. Nas cidades estão também a possibilidade de agregar novos militantes através do trabalho de base, hoje cada vez mais próximos e inseridos no contexto urbano.

O espaço é o produto das relações sociais que se estabelecem nele. O acampamento, enquanto primeiro espaço de socialização política, é além de produto, espaço transformador e (re)construtor de novas identidades. O acampado é acima de tudo um sujeito em construção, meio urbano - meio rural, seus costumes, modo de vida e hábitos se confundem. O movimento aparece como um instrumento de politização desse novo sujeito. Espaços que mudam e transformam novas identidades. Pode-se inferir então que, numa relação dialética pela reforma agrária: “A luta se faz no campo, mas se vence nas cidades”.

⁵¹ DTR significa Desterritorialização, Territorialização e Reterritorialização. Conceito cunhado inicialmente por Deleuze e Guattari, mas que tem diversos adeptos teóricos no Brasil como Rogério Haesbaert e Bernardo Mançano Fernandes.

REFERÊNCIAS.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. Terra Livre, São Paulo, v.2, n.21, p.25-39, ano 18, jul./dez. 2003.

AMIM, Samir; VERGAPOULOS, Kotas. **A questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1986. 179p.

ABREU, Sebastião de Barros. **De Zé Porfírio ao MST (A luta pela terra em Goiás)**. Brasília, André Quicé Editor, 2002. 192p.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985. 67p.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição** In: Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural / Maria Encarnação Beltrão Sposito, Athur Magon Whitacker (orgs.) – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006. 248 p.:il.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O movimento camponês de Trombas e Formoso**. Revista Terra Livre, nº 6, 1998. 120p.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo, Editora Annablume, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 440 p.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço –tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto. São Paulo, 2001. 368p.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CALAÇA Manoel; REZENDE, Mônica Cristina da Silva. **A Dinâmica Demográfica de Goiás**. Goiânia, Ellos, 2009.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: UFS, 1987. 110p.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo, Boitempo, 2006. 270p.

DUARTE, E. G. **Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás.** 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 273p.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro.** 9ª ed. São Paulo: Globo, 1991. 2v.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo. Edusp, 1994. 650p.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde.** São Paulo, Editora Contexto, 2006. 205p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 319p.

_____. **O mito do Agronegócio e a Agricultura Camponesa.** Câmara dos Deputados – Centro de documentação e Informação. Brasília, Coordenação de publicações, 2005.

FERNANDES, B.M.; MARTIN, J.Y. **Movimento socioterritorial e globalização.** Presidente Prudente. 2004

FERNANDES, Bernardo Mançano et. Stédile, João Pedro. Brava Gente. **A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. 166p.

FREITAS, Enyr Antonio Garcia de. **O assentamento Mosquito: um registro para a história da reforma agrária em Goiás.** (dissertação de mestrado) ICHL/UFG, Goiânia, 1994. 300p.

GILDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo. Unesp, 1991. 177p.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra ente o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios.** Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2007.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991. 90 p.

HARVEY, David. **Novo Imperialismo**. São Paulo, Editora Loyola, 2004. 201p.

_____ **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Editora Anablume, 2006. 251p.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro (2003). **Aqui e Acolá – Áreas reformadas, territórios transformados (Reterritorialização e a construção do lugar – um debate entre projetos de assentamentos rurais e empreendimentos rurais do Banco da Terra em Goiás)**. (dissertação de mestrado). IESA/UFG, Goiânia.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1993. 205p.

LEAL, Victor Nunes. "O Coronelismo e o Coronelismo de Cada Um". Dados, vol. 23, nº. 1, 1980.

LENIN, V. I. **Um passo em frente dois passos à retaguarda**. Santos, SP: Editorial Estampa, 1975.

MARICATI, Ermínia. Pós-facio. In: Davis, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo, Ed. Boi tempo, 2006. 270p.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”. A luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha –GO**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

_____ **A relação campo-cidade: em questão a subordinação do campo pela cidade**. Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, 2004.

_____ **Acumulação por espoliação, luta pela terra e cidadania no Brasil**. Simpósio New Social Movements and Democracy in the Américas, Tampa. Universidade do Sul da Flórida (USF), mar.2006, Texto apresentado.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito Oculto: Ordem e Transgressão na Reforma Agrária** Porto Alegre, Ed. UFRGS. 2003.

MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo. Editora Viramundo, 2004.

MATHEUS, Delweck. **Comunas da Terra – Um novo modelo de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. Trabalho de conclusão do curso Realidade Brasileira a partir dos grandes pensadores brasileiros. Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Florestan Fernandes. Juiz de Fora, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 103p.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001. 199p.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra). **A Reforma Agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira**. Secretaria Nacional. São Paulo, 2006.

OBERAI, A.S. **Population Growth: Employment and Poverty in Third-world**. Mega Cities: analytical policy issues. London. Palgrave Mcmillan, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STEDILE, João Pedro. **O agronegócio X agricultura familiar e a reforma agrária**. Brasília, Concrab, 2004.

_____. **Sem enfrentamento não haverá reforma agrária**. Correio da Cidadania. São Paulo. São Paulo, edição de maio de 2007.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo. Editora Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STÉDILE, João Pedro. **O agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária**. Brasília. Concrab, 2004. 164p.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Ed. UFG, 1999. 351p.

SALLES, Campos. **Da Propaganda à Presidência**. São Paulo, s/e, 1983. 232p..

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural** / Maria Encarnação Beltrão Sposito, Arthur Magon Whitacker (orgs.) – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PERIÓDICOS

O Popular. **Marconi Perillo afirma a produtor que mandado de reintegração de posse será cumprido rapidamente.** <http://goiasnet.globo.com/opopular> (Jornal O Popular de 14-03-03, Caderno Cidades) acessado em 25-11-2006.

O Popular. **Sonho Real: violenta reintegração de posse em Goiânia.** <http://goiasnet.globo.com/opopular> (Jornal O Popular de 26-01-2009, Caderno Cidades), acessado em 14-05-2009.

NAVARRO, Z. **Folha de São Paulo**, 22 de abril de 2007 – In: GOLDFARB, Yamila. A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. USP, 2007. p.03.

DOCUMENTOS

MST/INCRA (2006a). **Levantamento dos assentamentos do MST em Goiás**, março/2006.

MST (2006b). **Levantamento dos acampamentos do MST em Goiás**, março/2006.